

Relatório de Avaliação Trienal
Anos Base 2004-2006
Área de Antropologia e Arqueologia

Nota: Este documento descreve e comenta os resultados da avaliação do triênio 2004-2006, realizada pela Comissão da Área de Antropologia e Arqueologia na CAPES . Está dividido em 3 seções, a saber: 1) Organização, Procedimentos e Critérios da Avaliação; 2) Apresentação da Área e os Resultados da Avaliação Trienal; e 3) Perspectivas de Desenvolvimento da Área e Recomendações.

1) ORGANIZAÇÃO, PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO TRIENAL.

1.1. - COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO (CA)

Durante os anos base 2004, 2005 e 2006, a Comissão da Área de Antropologia e Arqueologia manteve um núcleo fixo formado por quatro membros: Bela Feldman-Bianco /UNICAMP (Representante da Área), Gustavo Lins Ribeiro/UnB (Representante Adjunto), Antônio Carlos de Sousa Lima/MN-UFRJ (representando a Etnologia Indígena) e Gilson Rodolfo Martins/UFMT (representando a Arqueologia). Como Gilson Rodolfo Martins já havia participado do “núcleo fixo” do CA do triênio anterior (anos base 2001, 2002 e 2003) pôde-se garantir uma continuidade dos procedimentos adotados entre os dois períodos de avaliação trienal. Com esse mesmo intuito, convidou-se Cláudia Fonseca (UFRGS) que já atuou como representante da Área, para participar da Comissão de Avaliação do ano base de 2004. Ao mesmo tempo, a fim de assegurar a representação de diversos Programas da Área nas comissões anuais de avaliação, inclusive a representação regional, cada comissão de avaliação anual contou, além desse núcleo fixo, também com docentes-pesquisadores de diversos Programas do país, numa base rotativa. Como corolário, durante o triênio, as seguintes instituições foram representadas nessas CAs: MAE/USP; MN-UFRJ; UFBA, UFF, UFMT; UFRGS; UFSC; UnB, Unicamp e USP (Ciências Sociais/Antropologia).

A avaliação trienal da Área de Antropologia e Arqueologia, anos base 2004, 2005 e 2006, foi realizada entre os dias 20 e 25 de agosto de 2007 no prédio da FINATEC, Brasília - DF. A Comissão de Avaliação foi formada pelos seguintes membros: Antonio Carlos de Souza Lima (MN-UFRJ), Bela Feldman-Bianco/Unicamp (Representante), Carlos Caroso (UFBA); Cornélia Eckert (UFRGS); Gustavo Lins Ribeiro/UnB (Representante-Adjunto) e Marisa Coutinho Afonso (MAE-USP) substituindo Gilson Rodolfo Martins (UFMT), que, por compromissos previamente assumidos, não pôde participar dessa avaliação. Nesta avaliação trienal, Marisa Coutinho Afonso representou a subárea de Arqueologia e, também, a Comissão do Qualis de Periódicos da qual faz parte. Além do mais, todos os seis membros da comissão reuniram-se entre 30 de julho e 1 de agosto de 2007 na sede da DAV para realizar a avaliação do primeiro Qualis de Livros da Área.

A formação dessa comissão de avaliação trienal levou em consideração a representação regional, bem como a representação dos programas com conceitos 6 e 7. Além da presença de uma arqueóloga, procurou-se contar com a participação de antropólogos que tiveram formação em Arqueologia (como é o caso de Carlos Caroso, Diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, entre outros membros da Comissão). Deve-se ainda assinalar que três dos membros da Comissão participaram das avaliações anuais realizadas em 2005 e 2006 e um outro, da

avaliação anual de 2006. Os dois outros membros ou já haviam participado de avaliações trienais anteriores ou, ainda, de outras comissões da área, como a do Qualis da Área.

1.2 ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Neste triênio, a elaboração de novos instrumentos de avaliação e o refinamento de outros já em curso implicou nas seguintes atividades:

1. Revisão crítica, classificação e atualização do *WebQualis* de Periódicos da Área (realizadas em 2005; 2006 e 2007).
2. Elaboração de critérios para o *WebQualis* de periódicos eletrônicos da Área e início de sua classificação (realizada em 2006).
3. Definição de Pesos para Quesitos e itens da nova ficha de avaliação referente aos Programas Mestrado e Doutorado Acadêmico (realizada em 2006).
4. Elaboração de critérios adequados à nova ficha para Mestrado e Doutorado Acadêmico, inclusive critérios para a atribuição de conceitos 6 e 7 (realizada em 2007).
5. Definição de pesos para quesitos e itens da nova ficha de avaliação para Mestrado Profissional e elaboração de critérios de avaliação (realizada em 2007)
6. Elaboração de critérios para a implantação do Qualis de Livros da Área (realizada entre 2005 e 2007)
7. Visitas aos Programas da Área por duplas de assessores “ad hoc” e seus relatórios de visita (Segundo semestre de 2006)
8. Exposição da Comissão de Avaliação ao SIR e simulações realizadas com o auxílio de Ricardo Lourenço (Julho de 2007).

1.3 REUNIÕES COM OS COORDENADORES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A preparação desses instrumentos de avaliação foi marcada por consultas à comunidade acadêmica da área, através de pelo menos sete reuniões do Fórum dos Coordenadores de Antropologia e Arqueologia realizadas no decorrer do triênio: três, de dois dias cada uma, em Brasília (julho de 2005; dezembro de 2006 e abril de 2007), duas no âmbito das reuniões anuais da ANPOCS realizadas em outubro de 2005 e 2006 em Caxambu, uma durante a reunião da Associação Brasileira de Antropologia realizada em Goiânia em junho de 2006 e, ainda outra, no dia 25 de julho no contexto da Reunião de Antropologia do Mercosul, realizada em Porto Alegre em Julho de 2007. Dessa forma, todos os documentos utilizados na avaliação foram discutidos e, em alguns casos (como, por exemplo, as novas fichas de avaliação e os critérios para atribuição dos conceitos 6 e 7) elaborados em conjunto com os Coordenadores dos Programas da Área. Além do mais, foram feitas, após cada avaliação, recomendações de preenchimento e de melhoria do registro dos dados aos Programas.

Essas reuniões foram fundamentais para a formulação de projetos da Área, incluindo a decisão de se investir na formação de uma Comissão sobre “Culturas, Línguas e Povos da Amazônia Legal”, bem como em uma política científica que leva em conta a demanda existente para a abertura de novos programas de Antropologia e Arqueologia, principalmente na Amazônia Legal e no nordeste do país.

1.4 REUNIÕES DA GRANDE ÁREA DE HUMANAS

A participação da representante da área, Bela Feldman-Bianco, em reuniões da Grande Área de Humanas (reunindo representantes das áreas de Antropologia /Arqueologia, Ciências Políticas, Educação, Filosofia/Teologia, Geografia, História, Psicologia e Sociologia) bem como em reuniões ampliadas com a incorporação dos representantes das áreas de Letras/Linguística e das Artes, teve como intuito verificar a possibilidade de se estabelecer critérios e estratégias de ação em comum. A participação em três dessas reuniões (duas em Brasília, respectivamente em 2005 e 2006 e uma terceira na PUC de São Paulo em Julho de 2007) foi fundamental para se chegar a uma padronização dos pesos da nova ficha de avaliação; para a elaboração dos critérios de atribuição dos conceitos 6 e 7 e, ainda, para a formulação do Qualis de livros da Área.

1.5 INSTRUMENTOS E DOCUMENTOS DE AVALIAÇÃO

1.5A. QUALIS DE PERIÓDICOS (INCLUI PERIÓDICOS ELETRÔNICOS)

Ainda em setembro de 2005, foi constituída uma Comissão Especial que contou com a participação de Maria Manuela Carneiro da Cunha/ Univ de Chicago e Peter Fry/ UFRJ (ambos com larga experiência internacional), além de Simoni Lahud Guedes/UFF (membro da comissão Qualis do triênio anterior) e da representante da Área Bela Feldman-Bianco /Unicamp, que se reuniu na Biblioteca do PPGAS do Museu Nacional/UFRJ a fim de avaliar os critérios em vigor. Com base em recomendação feita por essa comissão, resolveu-se manter os critérios estabelecidos no triênio anterior e realizar ampla consulta entre colegas do país e do exterior sobre o status das revistas para identificar eventuais fontes de distorção e aprimoramentos desses critérios, caso necessário.

Posteriormente, em outubro de 2005, uma Comissão composta por Simoni Lahud Guedes(UFF), Marisa Coutinho Afonso (MAE/USP) e Gustavo Lins Ribeiro (representante adjunto da Área), que foi presidida pela representante da Área, reuniu-se em Brasília para realizar as necessárias classificações e atualizações dos periódicos, anais e eventos. Nessa ocasião, dado o crescente impacto das publicações virtuais, Gustavo Lins Ribeiro responsabilizou-se pela elaboração de critérios específicos à avaliação desses tipos de periódicos eletrônicos da Área, critérios esses que foram apresentados e discutidos em reunião com os Coordenadores da Área. Feitos os necessários ajustes, esses critérios foram incorporados ao documento do Qualis da Área (disponível no *website* da Capes).

Reuniões de classificação e atualização do Qualis foram ainda realizadas em 2006 (em Brasília) e 2007 (em São Paulo e virtualmente), por uma comissão formada por Carmen Rial (UFSC), Marisa Coutinho Afonso (MAE/USP) e Simoni Lahud Guedes (UFF), presidida por Bela Feldman-Bianco. Em 2007, dada a requisição para se reavaliar os conceitos dos periódicos da subárea de Arqueologia, a comissão também contou com Gilson Rodolfo Martins (UFMT), além de Marisa Coutinho Afonso, para realizar essa reavaliação, com a participação da representante da Área (disponível no *website* da Capes).

É importante notar que vários programas da subárea de Antropologia publicam periódicos, alguns dos quais já estão bastante consolidados e têm grande impacto devido à existência de versão *on line* no Sciele ou em outros portais da web (como, por exemplo, *Mana*, *Revista de Antropologia*, *Horizontes Antropológicos* e *Anuário*

Antropológico, etc). Revistas da área são encontradas nas principais bibliotecas de Antropologia do Brasil, Portugal, e em centros de estudos brasileiros e /ou latino-americanos no exterior. Além das publicações propriamente antropológicas, há várias revistas interdisciplinares editadas por membros de programas da área, que são referência em campos de estudos temáticos como, por exemplo, *Cadernos Pagu e Estudos Feministas*, só para citar as do campo de estudos de gênero, que também estão no *Sielo*. Discentes de alguns programas da Área também editam revistas (como *Cadernos de Campo e Sexta-feira* da USP, *Temáticas* da UNICAMP e a *Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UnB*).

Dois programas da subárea de Arqueologia também publicam periódicos. Devido às especificidades dessa subárea, a publicação em anais é de extrema importância para os arqueólogos. No caso da Antropologia, a produção em anais concentra-se especialmente em discentes dos programas, se bem que anais com ISSN e em forma de CDs, como resultado de participação em eventos de grande porte (Reunião da ABA, Reunião de Antropologia do Mercosul, por exemplo), está começando a atrair também os docentes de programas de Antropologia.

Acima de tudo, deve-se assinalar o forte impacto dos critérios do *WebQualis* da Área enquanto referência para o aprimoramento da qualidade dos periódicos avaliados – não exclusivamente para os de Antropologia e Arqueologia, mas, também, para aqueles que são de interesse para esses campos de estudo. Essa tendência indica a necessidade de se refinar ainda mais os critérios da Área durante o próximo triênio.

1.5B QUALIS DE LIVROS

Além da veiculação de artigos em periódicos nacionais e internacionais, a área se caracteriza por uma expressiva publicação de livros, coletâneas e capítulos de livros no Brasil e no exterior. A elaboração de um Qualis de Livros da Área de Antropologia e Arqueologia visa dar o devido crédito a esse tipo de produção.

Os critérios adotados nessa avaliação trienal foram desenvolvidos, em comum acordo com os Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação da área, ao longo de diferentes momentos a partir do segundo semestre do ano de 2005. Inicialmente, formou-se uma comissão de seniores, que contou com a participação do saudoso Roberto Cardoso de Oliveira, Gilberto Velho (MN/UFRG), Ruben Oliven (UFRGS) e presidida por Gustavo Lins Ribeiro (representante adjunto da área), para analisar a questão e elaborar proposta a ser submetida ao Fórum (Anexo 1). Quando submetida à reunião do Fórum de Coordenadores em 2006, esta proposta - que privilegiava a intersubjetividade do processo de avaliação realizado por uma comunidade de pares - foi considerada muito abstrata e de difícil implementação. Com base nas discussões e numa série de sugestões, foi elaborada uma outra versão submetida ao Fórum dos Coordenadores no primeiro semestre de 2007. Debatida no fórum, resultou em mais uma nova versão apresentada, por internet, em junho de 2007, para os Coordenadores, cujas sugestões foram devidamente incorporadas (Anexo 2). Esta última versão, efetivamente aplicada à produção de livros e capítulos de livros da área, também se beneficiou de documentos elaborados pelas áreas de Psicologia e História. Fundamentou-se, em grande medida, em um princípio consagrado no Fórum de Coordenadores segundo o qual seria impossível entrar no mérito da qualidade das publicações face ao volume da produção da área no triênio. Trata-se, portanto, de uma ferramenta quase que exclusivamente quantitativa a ser utilizada em caráter experimental.

Com base nessa proposta, o Qualis de Livros da Área para o triênio, anos base 2004-2006, fundamenta-se no entendimento do Fórum de Coordenadores que a avaliação deve se guiar pela forma, pois, face ao volume de publicações, qualquer pretensão mais qualitativa, embasada em conteúdo, demandaria um esforço inviável. Os

indicadores, assim, são de produtividade e não de qualidade. Entende-se, igualmente, que livros de textos integrais são mais valorizados do que coletâneas, mesmo aquelas produzidas por um só autor, conforme os critérios abaixo relacionados para livros, coletâneas e capítulos de livros.

**QUALIS DE LIVROS DA ÁREA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA
TRIÊNIO 2004-2006**

Livros

I) TIPOS DE LIVROS DE DOCENTES E DISCENTES. PESOS INICIAIS.

1. Texto integral de um autor (100 pontos)

2. Coletânea de um mesmo autor (90 pontos)

3. Texto integral de até 3 co-autores:

- a. da mesma instituição (60 pontos)
- b. de instituições nacionais diferentes (65 pontos)
- c. incluindo ao menos um de instituição internacional (70 pontos)

4. Texto integral com mais de três co-autores:

- a. da mesma instituição (50 pontos)
- b. de instituições nacionais diferentes (55 pontos)
- c. incluindo ao menos um de instituição internacional (60 pontos)

5. Organização de Coletâneas (até 3 organizadores):

- a. apenas um organizador (50 pontos)
- b. com outro(s) organizador(es) da mesma instituição (35 pontos)
- c. com outro(s) organizador(es) de instituições nacionais diferentes (40 pontos)
- d. com outro(s) organizador(es) de instituição internacional (45 pontos)

6. Organização de Coletâneas (por mais de 3 organizadores):

- a. com outros organizadores da mesma instituição (30 pontos)
- b. com outro(s) organizador(es) de instituições nacionais diferentes (35 pontos)
- c. com outro(s) organizador(es) de instituição internacional (40 pontos)

7. Livros didáticos: diminuem-se dez pontos em cada item da escala anterior.

8. Livros de difusão: diminuem-se quinze pontos em cada item da escala anterior

9. Quando um livro for coletânea ou texto integral feito por dois ou mais autores de um mesmo Programa de Pós-Graduação, o Programa só receberá os pontos equivalentes a um livro.

II. OUTRAS PONTUAÇÕES – ACRÉSCIMOS.

1. Importância da editora para a área

- a. Editoras universitárias filiadas à ABEU ou editoras comerciais com distribuição nacional e edições frequentes de livros da área (10 pontos)
- b. Outras editoras universitárias ou editoras comerciais com distribuição nacional e edições regulares, embora não frequentes, de livros na área (8 pontos)
- c. Editoras com distribuição local (4 pontos)

2. Premiações recebidas pela obra

- a. de associações científicas nacionais e internacionais (14 pontos)

b. de outras instituições reconhecidas na área (10 pontos)

3. Esforço editorial (tamanho do livro)

- a. até 100 páginas (2 pontos)
- b. entre 100 e 200 páginas (4 pontos)
- c. entre 200 e 300 páginas (6 pontos)
- d. entre 300 e 400 páginas (8 pontos)
- e. mais de 400 páginas (10 pontos)

4. Qualidade da edição

- a. obra aprovada por conselho editorial (10 pontos)
- b. outras características do livro – planejamento gráfico, ilustrações, formatos especiais de páginas, edição em papéis especiais, reproduções fotográficas, capa dura, entre outras (6 pontos)

5. Reedições (4 pontos)

6. Publicação no exterior

- a. Em editoras conhecidas na área e de circulação internacional (30 pontos)
- b. Em editoras de circulação circunscrita aos seus países (24 pontos)
- c. Em editoras de circulação local (8 pontos)

B -CAPÍTULOS DE LIVROS

I) TIPOS DE CAPÍTULOS

1. Capítulo de autoria individual (8 pontos)

2. Capítulo escrito por até 3 co-autores:

- a. da mesma instituição (4 pontos)
- b. de instituições nacionais diferentes (5 pontos)
- c. incluindo ao menos um de instituição internacional (6 pontos)

4. Capítulo escrito por mais de três co-autores:

- a. da mesma instituição (2 pontos)
- b. de instituições nacionais diferentes (3 pontos)
- c. incluindo ao menos um de instituição internacional (4 pontos)

5. Verbetes de autoria individual (5 pontos)

6. Verbetes escrito por até 3 co-autores:

- a. da mesma instituição (2 pontos)
- b. de instituições nacionais diferentes (3 pontos)
- c. incluindo ao menos um de instituição internacional (4 pontos)

7. Verbetes escrito por mais de 3 co-autores:

- a. da mesma instituição (1 pontos)
- b. de instituições nacionais diferentes (2 pontos)
- c. incluindo ao menos um de instituição internacional (3 pontos)

8. Para todos verbetes podem ser acrescentados pontos conforme pontuação na próxima seção abaixo, menos aqueles referentes a tamanho de texto.

II) OUTRAS PONTUAÇÕES - ACRÉSCIMOS

1. Importância da editora para a área

- a. Editoras universitárias filiadas à ABEU ou editoras comerciais com distribuição nacional e edições frequentes de livros da área (4 pontos)
- b. Outras editoras universitárias ou editoras comerciais com distribuição nacional e edições regulares, embora não frequentes, de livros na área (3 pontos)
- c. Editoras com distribuição local (2 pontos)

2. Premiações recebidas pelo texto

- a. de associações científicas nacionais e internacionais (4 pontos)
- b. de outras instituições reconhecidas na área (2 pontos)

3. Tamanho do texto

- a. até 10 páginas (2 pontos)
- b. entre 10 e 20 páginas (4 pontos)
- c. entre 20 e 30 páginas (6 pontos)
- d. mais de 30 páginas (8 pontos)

4. Qualidade da edição

- a. obra aprovada por conselho editorial (4 pontos)
- b. outras características do livro – planejamento gráfico, ilustrações, formatos especiais de páginas, edição em papéis especiais, reproduções fotográficas, capa dura, entre outras (3 pontos)

5. Reedições (2 pontos)

6. Publicação no exterior

- a. Em editoras conhecidas na área e de circulação internacional (12 pontos)
- b. Em editoras de circulação circunscrita aos seus países (9 pontos)
- c. Em editoras de circulação local (4 pontos)

9. Livros didáticos: diminuem-se quatro pontos no total acumulado por cada capítulo

10. Livros de difusão: diminuem-se cinco pontos no total acumulado por cada capítulo]

Foram solicitados aos Programas de Pós-Graduação que enviassem à sede da Divisão de Avaliação da CAPES, em Brasília, o seguinte: originais de todos os livros e cópias dos capítulos de livros publicados no triênio, uma lista com a relação da produção bibliográfica de cada programa. A Comissão de Avaliação Trienal reuniu-se na CAPES em Brasília, nos dias 30 e 31 de julho e 01 de agosto do corrente para, de posse do material enviado, proceder à avaliação do Qualis Livros. Aplicado o Qualis Livros da Área de Antropologia e Arqueologia, chegou-se ao resultado constante no Anexo 4. Dada a dinâmica diferenciada da arqueologia (apenas dois programas e um terceiro aberto no segundo semestre de 2006) e do Mestrado Profissional (apenas um programa), são absolutos os números que se encontram na tabela própria do Anexo 4.

Com base nessa avaliação, foi possível verificar que as listas das produções bibliográficas enviadas pelos programas revelaram-se instrumento mais fiel do que outros disponibilizados pela CAPES, uma vez que se notou discrepâncias entre elas e as informações resultantes do Coleta CAPES tanto quanto das Planilhas Elaboradas e disponibilizadas à Comissão de Avaliação Trienal. Assim, o Qualis Livros da área é o instrumento que melhor

refletiu esse tipo de produção bibliográfica em seus aspectos quantitativos. Entretanto, é preciso que esse instrumental, ainda em sua fase experimental, seja repensado e aperfeiçoado, sobretudo por meio da comparação com as experiências de outras áreas, para que possa também ser incorporado nos acompanhamentos anuais, tal qual o Qualis de periódicos.

1.5C NOVAS FICHAS DE AVALIAÇÃO

- **NOVA FICHA PARA MESTRADO E DOUTORADO ACADÊMICO**

A nova ficha de avaliação para mestrado/ doutorado acadêmico foi aprovada pelo CTC em julho de 2006. Foi resultado de consulta à comunidade acadêmica da Área e de entendimentos consensuais entre os representantes que compõem a Grande com os representantes da Grande Área de Humanas.

A ficha está estruturada em quesitos e itens, com seus respectivos valores, como segue:

QUESITOS	Pe so s
PROPOSTA DO PROGRAMA	---
CORPO DOCENTE	30 %
CORPO DISCENTE, TESES E DISSERTAÇÕES	30 %
PRODUÇÃO INTELECTUAL	30 %
INSERÇÃO SOCIAL	10 %
ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 E 7	

Proposta do Programa	Atributos
1 Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos em andamento (pesquisa, desenvolvimento e extensão).	Sem pesos
2 Coerência, consistência e abrangência da estrutura curricular.	
3 Infra-estrutura para ensino, pesquisa e extensão.	

2 CORPO DOCENTE		Pesos
1	FORMAÇÃO (titulação, diversificação na origem de formação e aprimoramento do corpo docente).	15
2	Adequação da dimensão, composição e dedicação do CORPO DOCENTE para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e orientação do programa.	20
3	Perfil, compatibilidade e integração do CORPO DOCENTE PERMANENTE com a Proposta do Programa (especialidade e adequação em relação à proposta do programa).	15
4	Atividade docente e distribuição de carga letiva entre os DOCENTES PERMANENTES.	10
5	Participação dos docentes nas atividades de ensino e pesquisa na GRADUAÇÃO (no caso de IES com curso de graduação na área), com particular atenção à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG.	10
6	Participação dos docentes em pesquisa e desenvolvimento de projetos.	15
7	Inserção acadêmica e maturidade do corpo docente	15

CORPO DISCENTE, TESES E DISSERTAÇÕES		Pesos
1	Orientações de teses e dissertações concluídas no período de avaliação em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	15
2	Adequação e compatibilidade da relação orientador /discente.	15
3	Participação de discentes autores da pós-graduação e da graduação (neste caso, se a IES possuir graduação na área) na produção científica do programa.	25
4	Qualidade das Teses e Dissertações: Teses e Dissertações vinculadas a publicações	15
5	Qualidade das Teses e Dissertações: Outros Indicadores	15

4-PRODUÇÃO INTELECTUAL		Pesos
1	Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	50
2	Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente do Programa.	30
3	produções consideradas relevantes, à exceção da artística (produção, técnica, patentes, produtos etc.)	20

INSERÇÃO SOCIAL		Pesos
1	Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	60
2	Integração e cooperação com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação	30
	lidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação:	10

Não foram atribuídos pesos ao quesito PROPOSTA DO PROGRAMA. Os itens dos demais quesitos devem totalizar 100 pontos em cada quesito. Os pesos para cada item foram atribuídos em consulta com a comunidade acadêmica da Área.

- **FICHA PARA MESTRADO PROFISSIONAL**

Nesta trienal, também foi introduzida uma ficha de avaliação de Mestrados Profissionais, com o propósito de captar as singularidades deste tipo de Programa. Elaborada em consulta com a comunidade acadêmica da Área, essa ficha de avaliação foi aprovada pelo CTC em julho de 2007. Está assim estruturada:

QUESITOS	Pe sos
PROPOSTA DO PROGRAMA	---- -
CORPO DOCENTE	30 %
COCORPO DISCENTE E SEUS TRABALHOS	25 %
PRODUÇÃO INTELECTUAL	25 %
IN INSERÇÃO SOCIAL	20 %

	ATRIB UTOS
1-PROPOSTA DO PROGRAMA	
1.1.Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos em andamento (pesquisa, desenvolvimento e extensão).	
1.2 Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com os respectivos setores produtivos / profissionais. 1.3 Coerência, consistência e abrangência da estrutura curricular.	
1.4 Infra-estrutura para ensino, pesquisa e extensão.	
1.5 Articulação entre o Mestrado Profissional e os demais cursos do mesmo Programa, caso existam. No caso de Mestrado Profissional “independente”, verificar se seus docentes atuam em outros Programas e como se dá a articulação entre o MP e os demais PPGs	
1. 6 Relevância	

2. CORPO DOCENTE
Existência e atuação de um “Conselho Consultivo”, composto por docentes e representantes do respectivo campo profissional.
Formação (titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência).
Adequação da dimensão, composição e dedicação dos DOCENTES PERMANENTES para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e orientação do curso/programa
Perfil, compatibilidade e integração do corpo docente permanente com a Proposta do Curso/Programa (especialidade e adequação em relação à proposta do curso/programa).
Atividade docente e distribuição de carga letiva entre os docentes permanentes.
Participação dos docentes nas atividades de ensino e pesquisa na GRADUAÇÃO (no caso de IES com curso de graduação na área), com particular atenção à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG ou no mundo profissional/empresarial.
Participação dos docentes em pesquisa e desenvolvimento de projetos.

3-CORPO DISCENTE E SEUS TRABALHOS	Pesos
Procura pelo curso, demanda de candidatos.	5%
Orientações de trabalhos concluídos no período de avaliação em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	5 %
Adequação e compatibilidade da relação orientador/discente.	20 %
Participação de discentes autores da pós -graduação e da graduação (neste caso, se a IES possuir graduação na área) na produção científica, tecnológica e profissional do curso/programa.	N P
Qualidade dos Trabalhos de Conclusão: Trabalhos vinculados a aplicações, patentes ou publicações.	25%
Qualidade dos Trabalhos de Conclusão: Outros Indicadores.	25%
Eficiência do Curso/Programa na formação de mestres profissionais.	20%
4 - PRODUÇÃO INTELECTUAL	
1 Produção do Curso/Programa por docente permanente	.40%
2 Distribuição de produção em relação ao corpo docente do Curso/Programa.	20%
3 Produção tecnológica ou profissional do corpo docente. Presença do mesmo na vida profissional	40%

5- INSERÇÃO SOCIAL	PESOS
Impacto regional e (ou) nacional do curso/programa.	30%
Integração e cooperação com outros cursos/programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação	20%

Nessa ficha, como na anterior, com exceção da proposta de programa, os demais quesitos e itens de cada quesito receberam, como demonstrado acima, pesos específicos.

1.5.D CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO TRIENAL COM BASE NA NOVA FICHA PARA MESTRADO E DOUTORADO ACADÊMICO

Os critérios quantitativos e qualitativos de avaliação, com base nessa nova ficha, foram elaborados em consulta com os coordenadores de programas da Área. Em seu conjunto, avaliam o desempenho dos programas em relação à: 1) sua proposta; 2) corpo docente; 3) qualidade na formação de mestre e doutores; 4) produção intelectual e 5) atividades de inserção social. Propiciam, assim, a possibilidade de se realizar um “diagnóstico”

dos pontos fortes e fracos dos programas e, portanto, de se sugerir as necessárias recomendações para cada Programa.

I -Proposta do Programa

Deve-se examinar se a proposta do programa apresenta uma articulação clara e coerente entre linhas de pesquisa, estrutura curricular, projetos de pesquisa e produção acadêmica, bem como o seu empenho em formar profissionais de alto nível.

Espera-se que o Programa proporcione uma sólida formação dos fundamentos teóricos, metodológicos e práticos da área. As linhas de pesquisa e projetos devem ser bem definidas, abrangentes em seu conjunto, e refletir as especialidades dos docentes e os diversos temas da(s) área(s) de concentração.

1) Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos em andamento (pesquisa, desenvolvimento e extensão).

Deve-se analisar se as linhas de pesquisa e projetos estão bem definidos, abrangentes em seu conjunto e se refletem as especialidades dos docentes, inclusive os diversos temas da área ou áreas de concentração. Verificar também se o Programa conta com núcleos, centros e/ou laboratórios que articulem diferentes linhas e projetos de pesquisa. Deve-se ainda examinar se essas atividades de pesquisa envolvem alunos de pós-graduação e graduação e a resultante produção intelectual docente e discente.

2) Coerência, consistência e abrangência da estrutura curricular.

Considera-se que a estrutura curricular de um Programa deve ter um impacto relevante na constituição temática e teórico-metodológica de seus projetos, linhas de pesquisa e áreas de concentração, contribuindo assim de maneira decisiva para o desenho da proposta.

Dessa perspectiva, deve-se examinar se a estrutura curricular apresenta: 1) perspectivas pedagógicas claras e abrangentes, adequadas às especialidades dos docentes; 2) uma relação compatível entre disciplinas obrigatórias e optativas, entendendo que, além de uma sólida formação nas áreas básicas (particularmente no mestrado), deve ser oferecida aos alunos uma ampla opção de disciplinas em diversos assuntos; e 3) se os programas das disciplinas apresentam bibliografia nacional e internacional adequada e atualizada.

3) Infra-estrutura para ensino, pesquisa e extensão.

Deve-se examinar se a infra-estrutura do Programa apresenta-se adequada ao ensino, pesquisa e administração – mais especificamente, se conta com salas para coordenação e secretaria; salas de aula e pesquisa para docentes e alunos, existência de uma biblioteca bem qualificada e atualizada; recursos computacionais e internet disponíveis para os corpos docente e discente. Verificar, nos casos em que a área de concentração assim o requerer, a existência de laboratórios, reservas técnicas e arquivos.

4) Atividades inovadoras e diferenciadas de formação e de gestão

Deve-se analisar se há iniciativas de auto-avaliação, e estratégias pedagógicas inovadoras e planejamento para o desenvolvimento do programa, incluindo o acompanhamento de egressos.

II - CORPO DOCENTE

Os docentes do quadro permanente constituem o núcleo de referência docente para a avaliação pois compõem, a nosso ver, o núcleo central do conjunto das atividades do Programa. São os responsáveis pela definição e consolidação da proposta do Programa, das suas linhas e de seus projetos de pesquisa. Todos devem ser responsáveis ou estar inseridos em projetos de pesquisa. Tendo em vista as múltiplas interfaces da Antropologia e da Arqueologia com outras áreas de conhecimento estreitamente relacionadas e as situações de bons programas de Antropologia e/ou Arqueologia cujos docentes participam de dois programas, consideramos pertinente, e por isso aceitaremos para este triênio, a participação de docentes permanentes em até dois programas, vinculados à mesma instituição, incluindo a possibilidade de cada docente autor alocar a sua produção científica em até dois programas, respeitadas as proporções definidas na Portaria 68/2004 da CAPES. Atendendo ainda à política da CAPES de incentivar a solidariedade interinstitucional entre programas de diferentes regiões do país, a Área valoriza a parceria com programas de outras instituições, admitindo-se também a possibilidade de compartilhamento da produção científica, desde que preencham os requisitos da Portaria 68/2004 da CAPES. Caberá à comissão de avaliação decidir caso a caso os limites máximos da participação de professores permanentes em mais de um programa, baseando-se em experiências concretas e visando atender as especificidades institucionais da área de Antropologia e Arqueologia.

1) FORMAÇÃO (titulação, diversificação na origem de formação e aprimoramento do corpo docente).

Verificar se a formação dos docentes é adequada quanto ao nível, à área, à excelência e à diversificação das instituições nas quais se doutoraram. Verificar se há atualização da formação, através de realização de pós-doutorados e viagens de estudo e participação em projetos de pesquisa de âmbito nacional e internacional.

Verificar a % de doutores sobre o corpo docente e a média de atividades de atualização por docente no triênio.

MB – nota 5, todos os docentes do corpo permanente são portadores do título de doutor com diversificação em relação às instituições nas quais se doutoraram e pelo menos 60% devem ter titulação média igual ou acima de 10 anos, com atualização de formação, através de realização de pós-doutorados e viagens de estudo. 20% dos docentes devem ter participação em projetos de pesquisa de âmbito nacional e internacional.

B - nota 4, todos os docentes do corpo docentes são portadores do título de doutor, com alguma diversificação em relação às instituições nas quais se doutoraram e pelos menos 30 % com atualização de formação, através de realização de pós-doutorados e viagens de estudo. 10% dos docentes devem ter participação em projetos de pesquisa de âmbito nacional e internacional.

R- nota 3, todos os docentes do corpo docente são portadores de título de doutor, mas não preenchem os demais requisitos

2) Adequação da dimensão, composição e dedicação do CORPO DOCENTE para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e orientação do programa.

Examinar se as principais atividades de docência, orientação e pesquisa estão sob a responsabilidade do corpo docente permanente, se tem se mantido estável, identificando eventuais mudanças em sua composição e nível de qualificação que possam expressar possíveis diferenças de qualidade. Verificar, ainda, se o número de docentes permanentes condiz com as dimensões do corpo docente.

Com base na regulamentação da Portaria 68/2004 sobre o núcleo docente, consideramos a seguinte avaliação da proporção de docentes permanentes:

mais de 70% muito bom

69% a 60% bom

59% a 50% regular

49% a 40% fraco

40% ou menos - deficiente

Verificar % de docentes permanentes, % de docentes permanentes que orientaram no período, % de docentes permanentes que participaram de projetos de pesquisa e % de docentes que coordenaram projetos de pesquisa.

MB - Nota 5

B- Nota 4

R - Nota 3

3) Perfil, compatibilidade e integração do CORPO DOCENTE PERMANENTE com a Proposta do Programa (especialidade e adequação em relação à proposta do programa).

Deve-se examinar a compatibilidade do corpo docente em relação à(s) área(s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa do programa. Sugere-se escalonar a compatibilidade do corpo docente às linhas e projetos de pesquisa entre a adequação total (100% de professores compatíveis) e a mínima aceitável de 50%,

MB Nota 5 – igual ou maior de 80%

B - Nota 4 – entre 60 e 79%

C- Nota 3 - entre 59% e 50%

4) Atividade docente e distribuição de carga letiva entre os DOCENTES PERMANENTES.

A área considera que todos os professores permanentes em atividade deveriam idealmente ministrar, pelo menos, uma disciplina por ano, no Programa.

Propõe-se que essa normal seja aferida através de uma média do triênio, usando a seguinte escala:

90% a 100% do corpo permanente com média no triênio de 1 disciplina/ano – MUITO BOM

80% a 89% do corpo permanente com média no triênio de 1 disciplina/ano- BOM

60% a 79% do corpo permanente com média no triênio de 1 disciplina/ano REGULAR

40% a 59% do corpo permanente com média no triênio de 1 disciplina/ano FRACO

Menos de 40% do corpo permanente com média no triênio de 1 disciplina/ano DEFICIENTE

MB nota 5

B – nota 4

R - nota 3

5) Participação dos docentes nas atividades de ensino e pesquisa na GRADUAÇÃO (no caso de IES com curso de graduação na área), com particular atenção à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG.

No que tange à integração entre cursos de graduação e pós-graduação, considera-se altamente relevante a atuação dos docentes nas atividades de ensino e pesquisa na graduação, incluindo orientação de iniciação científica, orientação de monografias de conclusão de curso e estágio docente. Por isso, na avaliação, deverá-se utilizar a seguinte escala:

Mais de 60% dos docentes permanentes participando no ensino da graduação, incluindo orientação MUITO BOM

De 50% a 59% - BOM

De 40% a 49% - REGULAR

De 30% a 39% - FRACO

MENOS DE 30% - DEFICIENTE

MB – Nota 5

B- Nota 4

R - Nota 3

6) Participação dos docentes em pesquisa e desenvolvimento de projetos.

Verificar se a distribuição dos projetos de pesquisa entre os membros do corpo docente permanente é adequada.

Examinar a capacidade dos docentes de obterem os meios para o desenvolvimento de suas atividades, como por exemplo, participação em grupos certificados de pesquisa; lideranças nesses grupos, captação de recursos públicos ou privados, participação em programas ou projetos especiais, participação em projetos de pesquisas que envolvem redes de pesquisadores nacionais e/ou internacionais.

Considerar, também, na avaliação os projetos submetidos a agências de financiamento que foram aprovados quanto ao mérito, mesmo sem conseguir recursos

A Área de Antropologia e Arqueologia examinará a atuação de docentes permanentes como coordenadores e participantes em projetos de pesquisa. Considera-se como adequado a participação em no mínimo um e no máximo 3 projetos de pesquisa vinculados a grupos certificados de pesquisa, ou que sejam financiados na forma de auxílio ou bolsas. Essa participação será avaliada pela % de docentes participantes em projetos de pesquisa e pela % de docentes que coordenam pesquisa, conforme a seguinte tabela:

de 90 a 100% dos docentes - Muito Bom

de 70 a 89% dos docentes - Bom

de 50 a 69% dos docentes - Regular

de 30 a 49% dos docentes - Fraco

até 29% dos docentes – Deficiente

MB- nota 5

B- nota 4

R - nota 3

7) Inserção acadêmica e maturidade do corpo docente

Analisar a inserção e a maturidade do corpo docente permanente na comunidade científica.

Consideramos como indicadores de inserção:

*Membro de Comissão Científica de Eventos (nacional/internacional)
Membro de Conselhos editoriais e Comissões Editoriais (nacionais/internacionais)
Consultoria “ad hoc” para periódicos, editoras, agências de fomento (nacionais/internacionais), etc.
Membros de conselhos de órgãos públicos
Assessoria de organizações populares, indígenas, de e/imigrantes etc*

Consideramos como indicadores de maturidade:

*Membro dirigente de sociedade científica (nacionais/internacionais)
Membro de comissão de agência de fomento (nacionais/internacionais)
Membro de Conselho de políticas públicas (nacionais/internacionais)
Bolsistas de Produtividade do CNPq Nível 1, etc.*

A tabela abaixo se refere ao número de indicadores de inserção ou maturidade

MB com 80% dos docentes permanentes com um indicador de inserção e pelo menos 20% com um indicador de maturidade.

Bom, com 70% dos docentes permanentes com um indicador de inserção e 10% com um indicador de maturidade

Regular, com 60% dos docentes permanentes com um indicador de inserção ou maturidade

Fraco, com 50%

Deficiente, com menos de 40%

MB – nota 5

B – nota 4

R - nota 3

III CORPO DISCENTE, TESES E DISSERTAÇÕES

OBS: Os itens deste quesito devem ser considerados separadamente para Mestrado e Doutorado.

Considera-se necessário um bom equilíbrio entre o número de docentes do Programa e seu corpo discente. Espera-se que as teses e dissertações estejam relacionadas às linhas e projetos de pesquisa do Programa.

Os alunos devem ser encorajados a apresentar os resultados de suas pesquisas em congressos e publicações científicas. A qualidade da avaliação das dissertações e teses deverá ser garantida pela participação de membros externos ao Programa nas Bancas Examinadoras e pela diversidade interna das mesmas.

1) Orientações de teses e dissertações concluídas no período de avaliação em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.

Examinar a proporção e a distribuição de orientações concluídas por orientador do corpo docente.

A área considera que o ideal é a titulação de um aluno em média por ano por professor do corpo permanente, sugerindo a seguinte escala para a atribuição de conceitos:

de 0,75 inclusive a 1 defesa (por membro do corpo permanente) – muito bom

De 0,50 a 0,75 exclusive – Bom

De 0,25 a 0,50 exclusive - Regular

Menos de 0,25 exclusive – Fraco

MB – nota 5

B – nota 4

R- nota 3

2) Adequação e compatibilidade da relação orientador/discente.

Para assegurar um bom nível de formação, os alunos devem ser distribuídos de forma equilibrada entre os professores capacitados para orientação, sendo considerado muito bom em média o número de 2 a 5 alunos/por docente orientador, ao nível de mestrado, e em média de 3 a 6 alunos/por docente orientador ao nível do doutorado. No caso de Programas com Mestrado e Doutorado, considera-se a soma desses dois índices, com um MÁXIMO DE 11 orientandos por orientador que atue nos dois níveis (desde que respeitados os índices máximos de cada um dos níveis).

Considera-se negativa a concentração de orientação entre um número reduzido de professores do Programa

Muito bom - nota 5 – 2 a 5; ou 3 a 6

B- 3 a 5; ou 7 a 9

R 4 a 6 ou mais de 9

3) Participação de discentes autores da pós-graduação e da graduação (neste caso, se a IES possuir graduação na área) na produção científica do programa.

Verificar o percentual de discentes-autores em relação ao total de discentes e a média de publicações e relatórios técnicos por discente. Examinar se os projetos de pesquisa e os núcleos/centros e laboratórios de pesquisa contam com a participação de discentes de graduação e pós-graduação inclusive como autores (monografias, apresentações em congresso, publicações), utilizando o Qualis da área para periódicos e a avaliação qualitativa dos livros.

MB – nota 5 (igual ou maior que 10%)

B - nota 4 (entre igual a 5% e menor que 10%)

R - nota 3 (entre 3% e menor que 5%)

4) Qualidade das Teses e Dissertações: Teses e Dissertações vinculadas a publicações.

Verificar o percentual de teses e dissertações que resultaram em publicações (livros, capítulos de livros, artigos em periódicos ou apresentação de trabalhos em congressos científicos da área), considerando o período compreendido entre o ano da defesa e o ano subsequente (para apresentação em congressos científicos), os dois anos subsequentes (em termos de artigos em publicações) e até cinco anos (em termos de livros e capítulos de livros).

Verificar ainda a resultante participação em congressos, simpósios, etc.

MB –nota 5 – até 50%

B -nota 4 entre 30% e menos que 50%

R - nota 3 entre 10% e menos que 30%

5) Qualidade das Teses e Dissertações: Outros Indicadores.

Examinar:

- prêmios de entidades de fomento, de Associações científicas ou outras entidades (para teses e dissertações)

- a diversidade da composição das bancas examinadoras e a participação de membros externos

-

6) Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas da Capes e do CNPq titulados.

Examinar o fluxo de alunos, o percentual de saída por conclusão e o tempo de titulação de bolsistas e não bolsistas.

Tempo de titulação para o Mestrado

Até 30 meses - Muito Bom
De 31 a 34 meses Bom
De 35 a 38 meses Regular
De 39 a 45 meses Fraco
Acima de 45 meses Deficiente

Tempo de titulação para o Doutorado

Até 54 meses Muito Bom
De 55 a 57 meses Bom
De 58 a 60 meses Regular
De 61 a 64 meses Fraco
Acima de 64 meses Deficiente

Em ambos os casos:

MB – nota 5

B - nota 4

R - nota 3

QUESITO IV - PRODUÇÃO INTELECTUAL

A produção intelectual do corpo docente deve expressar as atividades de pesquisa e ser bem distribuída entre os docentes. Tendo em vista a especificidade da Grande Área de Humanas e da Área de Antropologia e Arqueologia em particular, consideramos de especial relevância a produção de livros integrais e capítulos de livros, bem como a organização de coletâneas publicadas por editoras de circulação nacional e/ou internacional. Também reconhecemos a relevância da publicação de artigos em periódicos nacionais ou internacionais de reconhecida qualidade científica com arbitragem de pares, bem como em periódicos eletrônicos e especialmente aqueles que, mesmo impressos, tem divulgação eletrônica (utilizar-se-á como instrumento de hierarquização o Qualis da Área). Considera-se também parte da produção intelectual, vídeos etnográficos (que contam com distribuidoras de alcance nacional e/ou internacional). Considera-se ainda fundamental a apresentação regular de trabalhos nos principais eventos científicos da área e por isso leva-se em conta a publicação de trabalhos completos em anais. É esperado, ainda, que os docentes tenham produção técnica relevante (apresentação de trabalhos, conferências e palestras, vídeos, laudos).

Mais do que a quantidade (de artigos, livros e vídeos etnográficos produzidos), será considerada a qualidade e a efetiva contribuição que a produção científica possa representar para a área.

Síntese da avaliação:

A ponderação mínima para a soma dos Itens 1 e 4 deve ser 50.

** Peso máximo de 20, conforme especificidade das Áreas.

1) Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.

Examinar a média das publicações dos docentes do programa com base no Qualis da Área, considerando tanto os livros e capítulos de livros impressos e eletrônicos (ponderados pelo Qualis Livro), como artigos em periódicos impressos e eletrônicos (ponderados pelo Qualis Revista).

Verificar se não há concentração de publicações em veículos da própria Instituição.

MUITO BOM

1 livro cada 5 anos (ponderado) = 0,2 livros por docente-ano

1 artigo cada 2 anos (ponderado) = 0,5 por docente-ano

1 capítulo cada 1,5 anos (Qualis A) = 0,67 por docente-ano

Total (com peso igual) = 1,4 por docente-ano

Pesos: Contar cada item ponderado pelo peso do Qualis (fator circulação: + 0,2)

Internacional A: peso 1,7 (Qualidade 1,5 + Circulação 0,2)

Internacional B: peso 1,2 (Qualidade 1 + Circulação 0,2)

Internacional C: peso 0,7 (Qualidade 0,5 + Circulação 0,2)

Nacional A: peso 1,5

Nacional B: peso 1

Nacional C: 0,5

Local A: peso 1

Local B: peso 0,5

Local C: peso 0,2

Tabela	ANTROPOLOGIA				Nota ajustada
	Qualidade	Circulacao	Nota Padronada	Nota	
<i>Internacional A</i>	1.5	0.4	1.9	10	
<i>Internacional B</i>	1	0.4	1.4	7	
<i>Internacional C</i>	0.5	0.4	0.9	5	
<i>Nacional A</i>	1.5	0.2	1.7	9	
<i>Nacional B</i>	1	0.2	1.2	6	
<i>Nacional C</i>	0.5	0.2	0.7	4	
<i>Local A</i>		1	0.0	1.0	5
<i>Local B</i>		0.5	0.0	0.5	3
<i>Local C</i>		0.2	0.0	0.2	1

2) Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente do Programa.

Examinar se a distribuição das publicações qualificadas por docente permanente é adequada e, especialmente se todos produziram durante o ano. Verificar também se os docentes-colaboradores apresentaram publicações.

Muito bom – 80% ou mais dos docentes com ao menos uma publicação qualificada

Bom – 60 a 80% exclusive

Regular – 50 a 60% exclusive

Fraco – 40 a 50% exclusive

MB – nota 5

B – nota 4

R - nota 3

3) Outras produções consideradas relevantes, à exceção da artística (produção, técnica, patentes, produtos etc.)

Incluir a produção técnica dos docentes, especialmente os seguintes itens: vídeos etnográficos, exposições fotográficas, trabalhos completos em anais de evento. Incluir ainda a apresentação de trabalho, organização de eventos, relatórios técnicos, laudos, consultorias, participação em Juris, bancas de concursos públicos, bancas de conclusão de mestrado e doutorado em outras instituições.

MB seis ou mais itens

B quatro a cinco itens

R dois a três itens

F um a dois itens

MB – nota 5

B - nota 4

R = nota 3

QUESITO V – INSERÇÃO SOCIAL

1) Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.

Avaliar o impacto e a inserção educacional e social do programa tendo em vista a formação de profissionais e destinação dos egressos, assessorias, projetos de extensão, divulgação científica, organização de extensão ou especialização voltados para demandas da sociedade e ainda, participação em sociedades científicas, organização de eventos, etc.

Qualitativo

2) Integração e cooperação com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação

Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio e em projetos de cooperação entre programas e instituições com níveis de consolidação diferentes e seus resultados (tanto em termos de formação profissional, quanto de organização de eventos e publicações).

3) Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação:

Verificar a existência de página Web com informações atualizadas sobre a proposta e estrutura do Programa, linhas e projetos de pesquisa, financiamentos, produção bibliográfica, corpo docente, processo de seleção e intercâmbio. Verificar se a íntegra das teses e dissertações está disponível na rede

Qualitativo

Conceitos

Nota 5 – Forte impacto nos três requisitos

Nota 4 - Forte impacto em dois requisitos

Nota 3 - Forte impacto em apenas um requisito

1.5 E - CRITÉRIOS PARA ATRIBUIÇÃO DE CONCEITO 6 E 7

Também em consulta com os coordenadores de Programas, foram elaborados os critérios para atribuição de conceitos 6 e 7, para aqueles Programas de Mestrado e Doutorado que se destacaram dentre os que receberam conceito 5, como segue:

Pesos para os cursos com conceitos 6 e 7

1) Nível de qualificação de produção e de desempenho equivalente aos centros internacionais de formação de recursos humanos – 60%.

2) Consolidação e liderança nacional como formador de RH e PG – 30%

3) Inserção e impacto regional e nacional, solidariedade e visibilidade – 10%

CONCEITO 6

Para obter conceito 6, o Programa deve contemplar no Triênio, além dos critérios anteriores, os seguintes aspectos:

1) NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO E DE DESEMPENHO EQUIVALENTE AOS CENTROS INTERNACIONAIS DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (60%)

Inserção e Padrão Internacional do Programa

META: Deve ser reconhecidamente um centro de excelência, com padrão internacional, que tenha impacto científico.

INDICADORES PARA O TRIÊNIO:

- participação em pelo menos 1 programa de fomento internacional, recebendo alunos e/ou recursos dos mesmos;
- ter realizado ou estar em andamento pelo menos 1 convênio com instituições internacionais;
- ter pelo menos 1 bolsista-sanduíche com atividades de formação em equipes de pesquisa no exterior;
- ter alunos que realizaram pesquisa no exterior;
- ter promovido eventos científicos internacionais.

Inserção Internacional do Corpo Docente

META: O Corpo Docente deve ter uma ampla inserção internacional nas áreas de pesquisa, ensino e produção científica.

INDICADORES PARA O TRIÊNIO:

Mais de 60% dos docentes permanentes em atividade deve ter tido no triênio atividades de inserção internacional, nos seguintes itens:

- circulação em outras universidades e laboratórios de pesquisa no exterior (bancas, palestras, cursos, pesquisas realizadas no exterior e/ou com equipes estrangeiras, etc.);
- participação qualificada (conferências, mesas-redondas, organização de grupos de trabalho, membro da comissão organizadora) em eventos internacionais de relevância para área; e
- ser membro de conselhos editoriais e/ou elaborar pareceres para periódicos estrangeiros e comissões de avaliação internacionais.

Produção Intelectual

META: O corpo docente deve ter produção científica de excelência publicada no Brasil e no exterior em livros, organização de livros, capítulos de livros e artigos em periódicos de Qualis A.

INDICADORES PARA O TRIÊNIO:

O corpo docente permanente em atividade deve ter, no mínimo, em média 4 publicações no triênio, sendo que, pelo menos 1, deve ser em periódico de Qualis Internacional A ou em livro ou capítulo de livro publicado IA.

O corpo docente permanente em atividade deve ter, no mínimo, em média 1 participação em eventos internacionais.

Mais de 60% dos docentes devem ter produzido no triênio conhecimentos científicos originais, divulgados como artigos em periódicos de Qualis A Internacional, e livros e capítulos de livros publicados no Brasil e no exterior.

A produção intelectual do corpo docente também será valorizada, quanto à participação em eventos internacionais, publicações em periódicos de Qualis Internacional, e livros e capítulos de livro no exterior.

2) CONSOLIDAÇÃO E LIDERANÇA NACIONAL E INTERNACIONAL COMO FORMADOR DE RH E PG (30%)

META: O Programa demonstra sua consolidação e liderança nacional e internacional na formação de recursos humanos e pós-graduação mediante sua capacidade de recrutar discentes em diferentes regiões do país e no estrangeiro e na presença dos quadros que formou em outros programas de pós-graduação.

INDICADORES PARA O TRIÊNIO:

RECRUTAMENTO

- valoriza-se o recrutamento de alunos de outros estados da União (diferentes do estado do Programa) e do exterior.

DESTINO:

- doutores formados pelo Programa estão atuando em pelo menos 5 outros Programas de Pós-Graduação no País.

3) INSERÇÃO E IMPACTO REGIONAL E NACIONAL, SOLIDARIEDADE, VISIBILIDADE META: O

Programa produz impactos regionais e nacionais mediante nas áreas de pesquisa, produção científica e liderança em associações científicas e demonstra sua solidariedade com outras universidades em vias de consolidação e com a sociedade de geral.

INDICADORES PARA O TRIÊNIO:

- o Programa teve colaborações (DINTER, MINTER, PRODAC, assessoria, acolhimento de pesquisadores associados, mini-cursos etc.) com universidades em vias de consolidação no País ou no exterior.
 - Membros do Corpo Docente ocuparam cargos de direção (Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Tesoureiro etc.) em Associações Científicas da área (ABA, ANPOCS, SBPC etc.).
 - O Programa foi sede ou sub-sede de pelo menos 1 projeto de grande escala.
 - Membros do Corpo Docente tiveram pelo menos 2 participações como membros titulares em Conselhos ou Entidades Nacionais de Políticas Públicas ou prestaram assessoria a movimentos populares, indígenas, de e/imigrantes, etc .
-
- O Programa realizou atividades de Extensão.

CONCEITO 7

Para obter o conceito 7 o Programa deve contemplar no triênio, além dos critérios anteriores, os seguintes aspectos:

1) NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO E DE DESEMPENHO EQUIVALENTE AOS CENTROS INTERNACIONAIS DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (60%)

Inserção e Padrão Internacional do Programa

META: Deve ser reconhecido como par por outros centros de excelência internacionais em pesquisa e ensino e incluir expoentes de projeção internacional em diversas sub-áreas da Antropologia.

INDICADORES PARA O TRIÊNIO:

- ter realizado ou estar em andamento convênios com instituições internacionais;
- ter bolsistas-sanduíche com atividades de formação em equipes de pesquisa no exterior;
- ter alunos que fizeram pesquisa no exterior;
- ter promovido eventos científicos internacionais;
- possuir uma biblioteca de referência com coleções completas dos principais periódicos internacionais da área.

Inserção Internacional do Corpo Docente

META: A inserção internacional do Corpo Docente permeia todas as atividades do Programa..

INDICADORES PARA O TRIÊNIO:

Entre 70% e 80% dos docentes permanentes em atividade deve ter tido no triênio atividades de inserção internacional, como por exemplo:

- circulação em outras universidades e laboratórios de pesquisa no exterior (bancas, palestras, cursos, pesquisas realizadas no exterior e/ou com equipes estrangeiras, etc);
- participação qualificada (conferências, mesas-redondas, organização de grupos de trabalho, membro da comissão organizadora) em eventos internacionais de relevância para área;
- ser membro de conselhos editoriais e/ou elaborar pareceres para periódicos estrangeiros e comissões de avaliação internacionais.

Também serão levados em consideração (sem quantificar):

- os prêmios e honorarias internacionais obtidos por membros do corpo docente e discente do Programa;
- participação na direção de entidades e associações científicas internacionais.

Produção Intelectual

META: O corpo docente deve ter produção científica de excelência publicada no Brasil e no exterior em livros, organização de livros, capítulos de livros e artigos em periódicos de Qualis A.

INDICADORES PARA O TRIÊNIO:

O corpo docente permanente em atividade deve ter, no mínimo, em média 6 publicações no triênio, sendo que, pelo menos 2, deve ser em periódico de Qualis Internacional A ou em livro ou capítulo de livro publicado IA.

O corpo docente permanente em atividade deve ter, no mínimo, em média 2 participações em eventos internacionais.

Entre 70% e 80% dos docentes devem ter produzido no triênio conhecimentos científicos originais, divulgados como artigos em periódicos de Qualis A Internacional, e livros e capítulos de livros publicados no Brasil e no exterior.

A produção intelectual do corpo discente também será valorizada, quanto à participação em eventos internacionais, publicações em periódicos de Qualis Internacional, e livros e capítulos de livro no exterior.

2) CONSOLIDAÇÃO E LIDERANÇA NACIONAL E INTERNACIONAL COMO FORMADOR DE RH E PG (30%)

META: O Programa demonstra sua consolidação e liderança nacional e internacional na formação de recursos humanos e pós-graduação mediante sua capacidade de recrutar discentes em diferentes regiões do país e no estrangeiro e na presença dos quadros que formou em outros programas de pós-graduação.

INDICADORES PARA O TRIÊNIO:

ORIGEM DOS DISCENTES

- ter discentes procedentes de estados da União diferentes do estado do Programa, bem como do exterior.

DESTINO DOS FORMADOS

- doutores formados pelo Programa estão atuando em pelo menos 8 outros Programas de Pós-Graduação no País.

3) INSERÇÃO E IMPACTO REGIONAL E NACIONAL, SOLIDARIEDADE, VISIBILIDADE ETC.

META: O Programa produz impactos regionais e nacionais mediante nas áreas de pesquisa, produção científica e liderança em associações científicas e demonstra sua solidariedade com outras universidades em vias de consolidação e com a sociedade de geral.

INDICADORES PARA O TRIÊNIO:

- o Programa teve pelo menos duas colaborações (DINTER, MINTER, PRODAC, assessoria, acolhimento de pesquisadores associados, mini-cursos etc.) com universidades em vias de consolidação no País ou no exterior.
- Membros do Corpo Docente ocuparam cargos de direção (Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Tesoureiro etc.) em Associações Científicas da área (ABA, ANPOCS, SBPC etc.) no Brasil e no exterior.
- O Programa foi sede ou sub-sede de pelo menos dois projetos de grande escala.
- Membros do Corpo Docente tiveram participações como membros titulares em Conselhos ou Entidades Nacionais de Políticas Públicas ou realizaram assessoria para movimentos populares, indígenas, de e/ímigrantes, etc.
- O Programa realizou atividades de Extensão.

1.5F. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA MESTRADO PROFISSIONAL

Como a área inclui um Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural, foram também elaborados critérios específicos para a avaliação desse tipo de mestrado que tem por objetivo a formação de profissionais através de um **forte enfoque na aplicação de conhecimento**. Demanda, portanto, a atividade contínua **de pesquisa** ou de **acompanhamento de pesquisa**, com vistas à identificação e atualização do conhecimento de novas tecnologias ou métodos e, como desdobramento, o desenvolvimento de atividades referentes à definição dos ajustes ou adaptações necessários para implantação de tais inovações na organização em que atua ou vai atuar. Enquanto alguns cursos poderão ter uma finalidade econômica mais facilmente destacável, outros poderão, por exemplo, visar à superação das grandes deficiências de nosso sistema educacional e **cultural (no caso das áreas de antropologia e arqueologia) ou** à capacitação de órgãos estatais com vistas à melhor definição e efetividade de políticas públicas em campos como saúde, segurança etc.

Os critérios, elaborados em conjunto com a comunidade acadêmica, procuram respeitar essas singularidades, como segue:

I) PROPOSTA DO CURSO →

1) Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos em andamento (pesquisa, desenvolvimento e extensão).

Deve-se analisar se as linhas de pesquisas e projetos estão bem definidos, abrangentes em seu conjunto. Verificar também se o Programa conta com núcleos, centros e/ou laboratórios que articulem diferentes linhas e projetos de pesquisa. Deve-se ainda examinar se essas atividades de pesquisa envolvem alunos de pós-graduação e graduação. Analisar ainda a produção intelectual resultante dos docentes e a produção técnica dos discentes.

2) Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com os respectivos setores produtivos / profissionais.

Analisar se o Programa integra suas áreas de concentração com o modus operandi profissional dos referidos campos profissionais e que produza conhecimento final em forma de produtos tecnológicos, artísticos e técnicos.

3) Coerência, consistência e abrangência da estrutura curricular.

A estrutura curricular do Programa deve possibilitar à construção de habilidades tendo como referência o campo teórico-metodológico, viabilizado através das áreas de concentração, disciplinas, projetos de pesquisa e no produto final discente. Portanto deve-se examinar se a estrutura curricular apresenta: 1) perspectivas pedagógicas claras e abrangentes adequadas às especialidades do docente; 2) uma relação compatível com as disciplinas obrigatórias e optativas, levando-se em consideração, disciplinas que dotem os alunos de um raciocínio e percepção aguda da natureza dos problemas teóricos e de práticas profissionais; 3) se as disciplinas contemplam bibliografia adequada, decorrente do acúmulo de reflexões advindas da prática profissional.

4) Infra-estrutura para ensino, pesquisa e extensão.

Deve-se examinar se a infra-estrutura do Programa apresenta-se adequada ao ensino, pesquisa e administração – mais especificamente, se conta com salas para coordenação e secretaria; salas de aula e pesquisa para docentes e alunos, existência de uma biblioteca bem qualificada e atualizada; recursos computacionais e internet. Verificar, nos casos em que a área de concentração assim o requerer, a existência de laboratórios, reservas técnicas e arquivos.

5) Articulação entre o Mestrado Profissional e os demais cursos do mesmo Programa, caso existam. *No caso de Mestrado Profissional “independente”, verificar se seus docentes atuam em outros Programas e como se dá a articulação entre o MP e os demais PPGs.*

Essa articulação é vista de forma positiva, pois incentiva e valoriza o caráter multidisciplinar entre diferentes áreas do conhecimento, respeitando o critério da área acerca do limite de inserção de profissionais de outros Programas.

6) Relevância

Verificar se a proposta do Programa prevê a inserção social (impacto do produto final; a preparação dos egressos capazes de agregar valores éticos em suas práticas profissionais) de acordo com a natureza epistemológica das áreas de concentração.

II - CORPO DOCENTE

1) Existência e atuação de um “Conselho Consultivo”, composto por docentes e representantes do respectivo campo profissional.

Verificar a existência e a atuação efetiva desse Conselho Consultivo, na elaboração de estratégias, avaliações e ações de melhoramento contínuo do curso, sendo um canal de efetiva interação, participação e sinergia com o respectivo campo profissional.

2) Formação (titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência).

A maioria dos docentes dos cursos/programas profissionais deve ter título de doutor, mas é relevante a experiência profissional destes, e mais importante ainda a experiência e atuação em inovação dos não doutores. Estes aspectos deverão ser objeto de ponderação pela Comissão.

Verificar se a formação dos docentes é diversificada quanto a ambientes e instituições; valorizar os indicadores de atualização da formação, de intercâmbio com outras instituições e efetiva atuação em inovação; avaliar aspectos como resultados profissionais relevantes, experiência e projeção nacional e internacional, participação em comissões especiais, premiações e outras atividades consideradas relevantes na área; experiência tecnológica e profissional de destaque.

*A maior parte das áreas exige que os orientadores tenham doutorado, mas se admite que não doutores, de experiência profissional comprovada e reconhecida, ministrem aulas, co-orientem e participem de bancas. Q não-doutor deve ser considerado professor colaborador. Mas em todos os casos **esses docentes com experiência profissional específica devem ser considerados na avaliação,***

Verificar se há processos de avaliação dos docentes na IES, bem como se existem critérios e procedimentos para o credenciamento de orientadores.

3) Adequação da dimensão, composição e dedicação dos DOCENTES PERMANENTES para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e orientação do curso/programa.

Verificar se o curso/programa tem uma base sólida em seu núcleo de professores permanentes, sendo mais de 70 % muito bom, 69 % a 60 % bom, 59 % a 50 % regular e 49 % a 40 % fraco e 40 % ou menos deficiente. Deve-se considerar o limite para professor-colaborador (doutor ou não doutor) que não deve exceder 30% do total do quadro permanente.

Verificar e valorizar interação e participação dos docentes de cursos/programas profissionais (permanentes ou não), em programas acadêmicos afins da mesma IES, levando-se em consideração o rico potencial do diálogo interdisciplinar.

Analisar a trajetória da equipe de docentes permanentes, identificando eventuais oscilações em sua composição e nível de qualificação. Atentar para mudanças que possam expressar queda da Qualidade da equipe ou falta de respaldo da IES ao curso/programa.

4) Perfil, compatibilidade e integração do corpo docente permanente com a Proposta do Curso/Programa (especialidade e adequação em relação à proposta do curso/programa).

Analisar a compatibilidade do corpo docente em relação às áreas de concentração, projetos de pesquisa e o perfil do Programa.

5) Atividade docente e distribuição de carga letiva entre os docentes permanentes.

A área considera que todos os professores permanentes em atividade deveriam idealmente ministrar, pelo menos, uma disciplina por ano, no Programa.

Propõe-se que essa referência seja adotada através de uma média do triênio, usando a seguinte escala:

90% a 100% do corpo permanente com média no triênio de 1 disciplina/ano – MUITO BOM

80% a 89% do corpo permanente com média no triênio de 1 disciplina/ano - BOM

60% a 79% do corpo permanente com média no triênio de 1 disciplina/ano REGULAR

40% a 59% do corpo permanente com média no triênio de 1 disciplina/ano FRACO

Menos de 40% do corpo permanente com média no triênio de 1 disciplina/ano DEFICIENTE

6) Participação dos docentes nas atividades de ensino e pesquisa na GRADUAÇÃO (no caso de IES com curso de graduação na área), com particular atenção à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG ou no mundo profissional/empresarial.

No que tange à integração entre cursos de graduação e pós-graduação, considera-se altamente relevante a atuação dos docentes nas atividades de ensino e pesquisa na graduação, incluindo orientação de iniciação científica, orientação de monografias de conclusão de curso. Por isso, na avaliação, dever-se-á utilizar a seguinte escala:

*Mais de 60% dos docentes permanentes participando no ensino da graduação, incluindo orientação MUITO BOM
De 50% a 59% - BOM*

De 40% a 49% - REGULAR

De 30% a 39% - FRACO

MENOS DE 30% - DEFICIENTE

7) Participação dos docentes em pesquisa e desenvolvimento de projetos.

Examinar a capacidade dos docentes de obterem os meios para o desenvolvimento de suas atividades, como por exemplo, participação em grupos certificados de pesquisa; lideranças nesses grupos, captação de recursos públicos ou privados, participação em programas ou projetos especiais, participação em projetos de pesquisas que envolvem redes de pesquisadores nacionais e/ou internacionais.

Considerar, também, na avaliação os projetos submetidos a agências de financiamento que foram aprovados quanto ao mérito, mesmo sem conseguir recursos.

A Área de Antropologia e Arqueologia examinará a atuação de docentes permanentes como coordenadores e participantes em projetos de pesquisa. Considera-se como adequado a participação em no mínimo um e no máximo 3 projetos de pesquisa vinculados a grupos certificados de pesquisa, ou que sejam financiados na forma de auxílio ou bolsas. Essa participação será avaliada pela % de docentes participantes em projetos de pesquisa e pela % de docentes que coordenam pesquisa, conforme a seguinte tabela:

de 90 a 100% dos docentes - Muito Bom

de 70 a 89% dos docentes - Bom

de 50 a 69% dos docentes - Regular

de 30 a 49% dos docentes - Fraco

até 29% dos docentes - Deficiente

III - CORPO DISCENTE E SEUS TRABALHOS

1) Procura pelo curso, demanda de candidatos.

A demanda de candidatos como indicador de qualidade deve ser RELATIVAZADA para os mestrados profissionais da antropologia e arqueologia. Uma relação de demanda como indicador de qualidade não reflète a qualidade positiva de um programa em ciências humanas.

2) Orientações de trabalhos concluídos no período de avaliação em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.

Examinar a proporção e a distribuição de orientações concluídas por orientador do corpo docente.

A área considera que o ideal é a titulação de um aluno em média por ano por professor do corpo permanente, sugerindo a seguinte escala para a atribuição de conceitos:

De 0,75 inclusive a 1 defesa (por membro do corpo permanente) – muito bom

De 0,50 a 0,75 exclusive – Bom

De 0,25 a 0,50 exclusive - Regular

Menos de 0,25 exclusive – Fraco

3) Adequação e compatibilidade da relação orientador/discente.

Para assegurar um bom nível de formação, os alunos devem ser distribuídos de forma equilibrada entre os professores capacitados para orientação, sendo considerado muito bom em média o número de 2 a 4 alunos/ por docente orientador.

Considera-se negativa a concentração de orientação entre um número reduzido de professores do Programa.

4) Participação de discentes autores da pós-graduação e da graduação (neste caso, se a IES possuir graduação na área) na produção científica, tecnológica e profissional do curso/programa.

A participação discentes autores é considerada de difícil aplicação para os mestrados profissionais na área de antropologia e arqueologia, uma vez que o produto final esperado de um mestrado profissional é distinto do mestrado acadêmico, assim como o perfil do aluno que cursa este tipo de programa.

Eventualmente, os discentes terão interesse ou mesmo material adequado para publicar seus trabalhos. Portanto, consideramos que este item não seja aplicável aos MPs da área de arqueologia e antropologia.

5) Qualidade dos Trabalhos de Conclusão: Trabalhos vinculados a aplicações, patentes ou publicações .

É quase imprescindível que todo trabalho gere aplicação dos seus resultados na respectiva empresa / organização do mestrando. Deve ser informado o impacto que a aplicação produziu na organização, recomendando-se fortemente a utilização de indicadores quantitativos, tipo “antes/depois”. A aplicação pode ocorrer antes, logo depois ou algum tempo depois da defesa, mas é relevante existir a intenção de aplicação por parte da empresa/organização.

*Não é necessário publicar todos os trabalhos, dada a sua natureza bastante diferenciada do mestrado profissional. Mas recomenda-se que a comissão de área receba pelo menos uma página completada de cada trabalho de conclusão, resumindo-o de maneira objetiva e destacando se e em que condições ele foi aplicado. Tais resumos **não** podem ter a forma genérica e vaga de dizer que “foram examinados”, “foram discutidos”. Deve ser dito com clareza qual o diagnóstico do problema e quais as soluções apontadas, se foram ou não implementadas, por que, e com que resultados.*

No setor profissional, a ação de “publicação” está relacionada com a importância da divulgação e disseminação de conhecimento, inovação e evolução pelo respectivo setor. Portanto, a divulgação dos trabalhos realizados e resultados obtidos em congressos técnicos (com efetiva participação dos profissionais do setor) e em publicações técnicas com expressiva circulação nesse setor deve ser especialmente valorizada.

6) Qualidade dos Trabalhos de Conclusão: Outros Indicadores .

Avaliar neste item aspectos complementares ao focalizado pelo item anterior considerados pela área como indicadores relevantes da qualidade dos trabalhos de conclusão, como, por exemplo: a) qualidade das bancas examinadoras; b) vinculação dos trabalhos de conclusão às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa ou curso, c) avaliação realizada pelas agências de fomentos e instituições profissionais do respectivo campo de atuação e d) desenvolvimento dos trabalhos finais dos egressos pelas instituições profissionais.

A qualidade dos trabalhos de conclusão deve ser ainda analisados tendo por referência os seguintes indicadores:

- participação em eventos;*
- mobilidade profissional, relacionado à experiência adquirida;*
- emissão de consultorias;*

- divulgação e disseminação de conhecimento;
- gestão e desenvolvimento de projetos;
- análise de situação – estudos de casos;
- execução de projetos;

7) Eficiência do Curso/Programa na formação de mestres profissionais.

Examinar o fluxo de alunos, o percentual de saída por conclusão e o tempo de titulação de bolsistas e não bolsistas.

Tempo de titulação para o Mestrado

Até 24 meses - Muito Bom

De 25 a 29 meses - Bom

De 30 a 34 meses - Regular

De 35 a 39 meses - Fraco

Acima de 40 meses - Deficiente

QUESITO IV - PRODUÇÃO INTELECTUAL E PROFISSIONAL DESTACADA

1) Produção do Curso/Programa por docente permanente.

Avaliar a produção dos docentes do curso/programa em aplicações e publicações com base no QUALIS da área para cursos/programas profissionais e acadêmico. Incentiva-se, da mesma forma, a adoção de QUALIS específicos para outros itens importantes da produção científica da área, como eventos, produção artística etc.

2) Distribuição de produção em relação ao corpo docente do Curso/Programa.

Dividir as aplicações e publicações do corpo permanente, devidamente ponderadas pelo Qualis da área, pelo número de docentes dessa categoria. Verificar se não há concentração excessiva. Verificar se há dependência excessiva em relação à produção de colaboradores e/ou visitantes. Respeitar, porém, a natureza específica do mestrado profissional, caso a presença de colaboradores ou visitantes seja preciosa.

3) Produção tecnológica ou profissional do corpo docente. Presença do mesmo na vida profissional.

O curso é referência na formação profissional? Além da formação de mestres, é convidado a consultorias, promove mudanças na atuação profissional da área?

QUESITO V – INSERÇÃO SOCIAL

1) Inserção e impacto regional e (ou) nacional do curso/programa.

Um produto cultural deve estar relacionado com pelo menos um dos seguintes aspectos:

- a) **impacto educacional:** contribuição para a melhoria do ensino fundamental, médio, graduação, técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.*
- b) **impacto social** – formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento;*
- c) **impacto cultural** – formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural e artístico, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e às artes e ao conhecimento nesse campo;*
- d) **impacto tecnológico/econômico (indispensável)** – contribuição para o desenvolvimento micro-regional, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e conhecimentos...*

2) Integração e cooperação com outros cursos/programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação – participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos; participação em projetos de cooperação entre cursos/programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas (atuação de professores visitantes; participação em programas como “Casadinho”, PQI, Dinter/Minter ou similares). Merecem destaque a integração e cooperação quando ela também envolver empresas ou organizações.

3) Integração e cooperação com empresas ou organizações do setor com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação – *participação em convênios ou programas de cooperação com empresas ou organizações ou associações setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região.*

4) Visibilidade ou transparência dada pelo curso/programa à sua atuação:

a) Manutenção de página Web para a divulgação, de forma atualizada, de seus dados internos, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas etc.

b) Outras formas de divulgação sistemática de seus produtos.

1.5G RELATÓRIOS DE VISITAS A PROGRAMAS

Entre os meses de agosto e novembro de 2006 foram realizadas visitas a treze programas da Área por duplas de assessores “ad hoc”, isto é para todos os programas da área que então estavam em atividade, inclusive o Programa de Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que começou a funcionar somente em 2005. A representante da Área ainda participou de um evento na UFMG após a proposta de criação de seu Programa de Antropologia e Arqueologia ter sido aprovado pelo CTC. Essas visitas propiciaram uma boa visão de cada um desses programas, sendo que os relatórios de visita constituíram documentos imprescindíveis para a avaliação trienal.

1.5 H TREINAMENTO PARA O USO DO SIR E SIMULAÇÕES REALIZADAS

O SIR, ou Sistema de Indicadores de Resultados dos Programas de Pós-Graduação avaliados pela CAPES foi elaborado com o objetivo de avaliar quantitativamente, através de dois indicadores referentes, de um lado, a formação de mestres e doutores; e, de outro, a produção científica (em forma de livros, capítulos de livros, artigos em periódicos etc) Com sua ênfase em resultados quantitativos, constitui tão somente uma ferramenta de apoio à avaliação qualitativa dos programas com referência à cerca de 60% das atividades desses programas.

A comissão de avaliação trienal da área recebeu treinamento para a utilização do SIR na semana de 30 de julho de 2007, antes de iniciar os seus trabalhos de avaliação do Qualis de Livros, quando o sistema ainda não estava totalmente configurado, saindo freqüentemente do ar. Com a ajuda do Prof. Ricardo Sebastião Lourenço, foram feitas algumas simulações, até se chegar a uma que se aproximava do perfil da área. Uma dessas simulações serviu como um indicativo a ser usado com cuidado nos trabalhos da Comissão de Avaliação Trienal.

Posteriormente, se incorporou o Qualis de Livros no SIR, a partir de novas séries de simulações realizadas, mais uma vez, com a inestimável orientação do Prof. Ricardo Lourenço. Com esse intuito, primeiramente, tomamos o valor de um artigo publicado em periódico internacional A (100) como moeda de troca para gerar equivalências entre o SIR e o Qualis de Livros. Em seguida, os pontos encontrados no Qualis referentes à publicação de livros e capítulos de livros de docentes e discentes foram divididos por 100 e registrados nos devidos locais do SIR para correção. A primeira simulação revelou que as faixas de referência do Indicador 1.2 estavam muito altas. Elas foram, então, calibradas.

O uso do SIR demonstrou tratar-se de programa muito lento e com alguns problemas. As simulações podiam levar, às vezes, quinze minutos para serem realizadas. Além disso, quisemos simular a produção de docentes mudando de produção de ‘docentes permanentes’ para ‘todas as categorias’. Fizemos as correções necessárias no SIR. Entretanto, todas as vezes que tentávamos fazer uma simulação, o SIR a realizava levando em conta a produção de ‘docentes permanentes’ e não a de ‘todas as categorias’. Esses problemas e a opacidade do SIR fizeram com que a inserção do Qualis Livros ao Sistema tomasse dois dias de trabalho.

De modo geral, o impacto da absorção do Qualis de Livros refletiu-se bem na classificação dos programas da área. Mas, o SIR ainda é complicado para ser utilizado, especialmente para pesquisadores das humanidades que há muito não se envolvem com matemática e estatística. Deixou, por exemplo, a impressão de que impacta, de modo negativo, o trabalho realizado pela Comissão de Avaliação Trienal da Área. Nesse sentido, deve se levar em consideração que, como se trata de apenas 60% dos fatores utilizados para avaliar a produção da pós-graduação, precisa ser complementado tanto por outros dados quantitativos presentes no Coleta quanto, em especial, por análises qualitativas que, com frequência, não são redutíveis a números.

Acima de tudo, deve-se atentar para o fato que o SIR deve ser usado com muito cuidado já que detecta resultados, mas não processos. Não leva em conta, por exemplo, a “idade” dos programas. Por isso, não é adequado para se avaliar quantitativamente (pois seus resultados até distorcem) a formação de alunos em cursos novos. Estão incluídos nessa categoria de curso novo (no que se refere à formação de alunos), os seguintes programas da Área:

- *Programa de Doutorado em Antropologia Social da UNICAMP* que iniciou suas atividades somente em 2004. Portanto, embora o seu programa de mestrado em Antropologia tivesse sido criado ainda na década de 1970, o doutorado é recente. Até a criação do doutorado, os antropólogos participavam tão somente do Programa de Doutorado em Ciências Sociais daquela instituição;

e, em certa medida, o *Programa de Mestrado e Doutorado em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco* que iniciou suas atividades em 2003.

O SIR também não deve ser usado para avaliar quantitativamente os programas que iniciaram suas atividades no decorrer do triênio, tanto no que se refere à formação quanto à produção científica, quais sejam:

- *Programa de Antropologia Social do Rio Grande do Norte*
- *Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais*
- *Programa de Arqueologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro*

1.6 ORGANIZAÇÃO E ETAPAS DA AVALIAÇÃO TRIENAL REALIZADA NA SEMANA DE 20 DE AGOSTO DE 2007

As etapas da avaliação obedeceram aos regulamentos:

1) Em maio de 2007, a Comissão do Qualis de Periódicos realizou a classificação da produção bibliográfica dos programas no ano de 2006, cujo acesso foi propiciado já com as retificações dos anos anteriores. Essa produção compreende artigos publicados em revistas científicas e publicações não seriadas; além de publicações em anais de congressos e eventos científicos;

2) A partir de 07 de julho de 2007, a Comissão de Avaliação Trienal teve acesso aos cadernos de indicadores e às planilhas específicas que haviam sido solicitadas pela Representante e pelo Representante adjunto da Área. Foi realizada, então, uma distribuição de dois programas por assessor/a para uma avaliação prévia. Obviamente, nenhum assessor avaliou o seu próprio programa ou algum outro com o qual mantivesse algum tipo de vínculo. Aqueles assessores que realizaram visitas aos Programas da Área examinaram, sempre que possível, os programas de cujas visitas participaram.

3) Em 25 de julho de 2007, em reunião com os coordenadores de Programas, no âmbito da VII Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) realizada no campus da UFRGS em Porto Alegre, foi apresentado um panorama referente à avaliação trienal 2004-2006, inclusive questões finais sobre o Qualis de Livros da Área e o SIR.

3) Entre 30 de julho e 1 de agosto, a Comissão de Avaliação trienal classificou o Qualis de Livros da Área, no prédio-sede da Diretoria de Avaliação da CAPES, com base nos livros e capítulos de livros enviados pelos Programas.

4) Na mesma ocasião, a comissão de avaliação recebeu treinamento para o uso do SIR e realizou simulações sob a orientação de Ricardo Lourenço.

5) Durante a semana da avaliação:

- Os membros da Comissão da Área receberam orientação, bem como o material de apoio, necessários à avaliação.
- Foi realizada uma divisão de trabalho para o preenchimento das fichas da avaliação, respeitando-se as alocações que haviam sido feitas para a avaliação prévia (vide item 2, acima).
- Nessa divisão de trabalho, também se levou em conta o conhecimento necessário em arqueologia dos membros da Comissão para a escolha daqueles aptos para avaliar os Programas de Arqueologia e/ou Antropologia e Arqueologia.
- Após o preenchimento das fichas, privilegiou-se a análise de cada programa por duplas.
- Numa etapa seguinte, realizou-se plenária para a discussão e decisão sobre os conceitos a serem atribuídos para cada programa, inclusive sobre os programas com potencial para receber conceitos 6 e 7, para os quais foram aplicados os critérios elaborados para esse fim. Essas avaliações em plenária implicaram adicionalmente em comparações entre programas, levando-se também em conta a trajetória específica de cada programa. Como regra, os membros da Comissão optaram por retirar-se da reunião quando a discussão se referia aos Programas de Pós-graduação aos quais estavam vinculados.
- Após a classificação dos programas, discussão dos resultados e aprovação final em plenário, a representante da Área realizou, juntamente como representante adjunto, as correções finais das fichas no dia 25 de agosto, após o que efetuou as requeridas chancelas eletrônicas dessas fichas.
- Como não houve tempo hábil para incorporar o Qualis de Livros no SIR da Área na semana de avaliação, essa incorporação foi realizada posteriormente, com a devida chancela pela representante da área.

2. APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

2.1 APRESENTAÇÃO DA ÁREA E PERFIL DE SEUS PROGRAMAS

A Área é constituída por duas disciplinas: Antropologia e Arqueologia. Conta atualmente com 18 Programas. Desses, 13 são em Antropologia Social, três em Arqueologia e dois combinam Antropologia e Arqueologia, sendo um deles Mestrado Acadêmico e, o outro, Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural.

O primeiro Programa de Mestrado em Antropologia Social foi criado em 1968, no Museu Nacional, e o de Doutorado, na USP, em 1972. Trata-se de uma subárea consolidada, internacionalizada e que se caracteriza por sua excelência acadêmica. Comparativamente, a Arqueologia, cuja trajetória no Brasil foi marcadamente vinculada aos Programas de História e Antropologia – constitui uma subárea emergente com grande potencial de desenvolvimento. Além de os arqueólogos ainda investirem fortemente na formação de doutores no exterior, o primeiro Programa de Mestrado e Doutorado em Arqueologia, criado no âmbito da Área de Antropologia, iniciou suas atividades em 1989, o segundo somente em 2003 e o terceiro, um Programa de Mestrado, somente no segundo semestre de 2006.

Embora ainda numericamente pequena, a Área está em fase de expansão. No triênio anterior (anos base 2001, 2002 e 2003) já houve um certo crescimento quantitativo e qualitativo expresso pela aprovação (ou início de atividades) de Programas de Doutorado em instituições que já contavam com Programas de Mestrado consolidados, assim como pela criação do segundo Programa de Mestrado e Doutorado em Arqueologia e, também, pelo primeiro Mestrado Profissional da Área. Neste triênio (anos base 2004, 2005 e 2006), a Área conta com um total de *seis novos cursos*, a saber: quatro de Antropologia, um de Arqueologia (mas com um foco nos assim chamados “quatro campos da Antropologia”, isto é, Antropologia Social ou Cultural, Antropologia Biológica, Antropologia Lingüística e Arqueologia) e, ainda, um outro, combinando Antropologia e Arqueologia, como segue:

Antropologia - Universidade Federal do Amazonas [M e D] aprovado pelo CTC em julho de 2007

Antropologia – Universidade Federal da Bahia [M e D] aprovado pelo CTC em 2006. Iniciou atividades no primeiro semestre de 2007.

Antropologia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte [M] iniciou atividades em 2005.

Antropologia - Universidade Federal de São Carlos (UFcar) [M] aprovado pelo CTC em 2006, iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2007.

Antropologia e Arqueologia – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) [M]. Aprovado pelo CTC em 2005, iniciou suas atividades no segundo semestre de 2006.

Arqueologia - Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) [M] – Iniciou suas atividades no segundo semestre de 2006.

Essa expansão é, em certa medida, resultado da política científica da Área iniciada ainda no triênio anterior que, visando atender a uma demanda existente, tem estimulado a abertura de novos programas com atenção especial às regiões Norte e Nordeste do país. Com esse intuito, em janeiro de 2006, foi formada uma comissão (constituída por antropólogos sociais, antropólogos lingüistas e arqueólogos) para avaliar o “estado das artes” dos estudos sobre “Culturas, Línguas e Povos da Amazônia Legal” com o apoio da Diretoria de Avaliação da CAPES, a qual inclusive nomeou um dos membros dessa Comissão, Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ), para orientar a elaboração

de proposta (induzida) de criação do Programa de Mestrado e Doutorado em Antropologia na UFAM (aprovada pelo CTC em Julho de 2007). Essa iniciativa foi de extrema relevância já que no decorrer do triênio o único Programa da Área então existente na Amazônia legal. - o Programa de Mestrado em Antropologia Social da UFPA - decidiu encerrar suas atividades no final de 2004 em prol do Programa de Mestrado de Ciências Sociais na mesma universidade.

São os seguintes of programas que atualmente formam a Área de Antropologia e Arqueologia (contando nesta listagem inclusive com os cursos novos, que ainda não iniciaram atividades):

Antropologia - Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) [M e D]

Antropologia – Universidade Federal do Amazonas (UFAM) [M e D]***

Antropologia - Universidade Federal da Bahia (UFBA) [M e D]***

Antropologia - Universidade de Brasília (UnB) [M e D]

Antropologia - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) [M e D*]

Antropologia - Universidade Federal Fluminense (UFF) [M e D]

Antropologia - Universidade Federal do Paraná (UFPr) [M]

Antropologia - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) [M e D]

Antropologia - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) [M**]

Antropologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) [M e D]

Antropologia - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) [M]***

Antropologia - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) [M e D]

Ciência Social [Antropologia] - Universidade de São Paulo (USP) [M e D]

Antropologia e Arqueologia –Universidade Católica de Goiás (UCG)
[MP em Gestão do Patrimônio Cultural]

Antropologia e Arqueologia - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) [M**]

Arqueologia - Museu de Arqueologia e Etnologia/ Universidade de São Paulo (MAE/USP) [M e D]

Arqueologia - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) [M**]

Arqueologia - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) [M e D*]

É importante assinalar que:

1) quatro desses programas começaram a funcionar somente no decorrer dos anos base 2004, 2005 e 2006, respectivamente:

* Programa de Doutorado em Antropologia Social da UNICAMP, em 2004.

** Programa de Mestrado em Antropologia da UFRN, em 2005.

** Programa de Mestrado em Arqueologia do MN/UFRJ, no segundo semestre de 2006.

** Programa de Mestrado em Antropologia e Arqueologia da UFMG, no segundo semestre de 2006.

2) um outro Programa de Doutorado, embora implementado no decorrer do triênio anterior, não teve ainda tempo hábil para uma expressiva produção de teses, a saber:

* Programa de Doutorado em Arqueologia da UFPE, criado em 2003.

3) além da UFAM, dois outros novos programas da Área deixaram de ser avaliados devidos às suas atividades somente terem se iniciado no primeiro semestre de 2007, a saber:

*** Programa de Mestrado e Doutorado em Antropologia da UFBA.

*** Programa de Mestrado da UFSCar

Como se verá mais adiante, na seção 2.3, esse perfil dos programas da área assim como os processos específicos de desenvolvimento de cada programa foram cuidadosamente levados em conta nas análises quantitativas e qualitativas realizadas pela Comissão de Avaliação Trienal, com base nos instrumentos elaborados para essa avaliação trienal.

2.2 UMA VISÃO GLOBAL DA PRODUÇÃO DA ÁREA, A PARTIR DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO TRIENAL.

Neste triênio (anos base 2004, 2005 e 2006), foram avaliados 15 Programas. Como já mencionado, desse total, quatro são cursos novos, a saber: Programa de Doutorado em Antropologia Social da UNICAMP (iniciado em março de 2004), Programa de Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (iniciado em março de 2005), Programa de Mestrado em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (iniciado em 2006) e Programa de Mestrado em Arqueologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (também iniciado em 2006). Como esses novos Programas iniciaram suas atividades muito recentemente, ainda é cedo para se aquilatar a repercussão do aumento do número de programas da Área nesse triênio (anos base 2004, 2005 e 2006).

Portanto, embora esteja ocorrendo um crescimento da Área, este triênio ainda não apresenta notórias diferenças quantitativas no que concerne ao número de Programas avaliados em relação ao do anterior (anos base 2001-2003), quando foram apreciados 13 Programas, um dos quais o Programa de Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal do Pará que encerrou suas atividades no final de 2004. Houve, entretanto, um significativo aumento em todos os índices da Área ao longo do triênio. Esse aumento pode ser aquilatado através da análise da evolução do número de mestres e doutores no decorrer de 1992 a 2006. Como se pode verificar no quadro I, embora a Área apresente acréscimos progressivos no número de titulações através dos últimos catorze anos, um crescimento significativo dessas titulações ocorre especialmente nos dois últimos triênios. Assim, em comparação às 877 titulações realizadas entre 1992 e 2000, o número de 1026 titulados dos últimos dois triênios (de 2001 a 2006) representa 53% de um total de 1903 titulações de todo o período. Inegavelmente, essa expansão é ainda maior neste último triênio, já que as 599 titulações ocorridas entre os anos de 2004 e 2006 representam um acréscimo de cerca de 40% em relação às 427 do triênio anterior. Deve-se também atentar para o grande aumento no número de doutorados, de 99 (durante 2001-2003) para 159 (entre 2004-2006), ou seja, um crescimento de 60% em relação ao triênio anterior. O quadro 2 apresenta essas titulações por cada Programa da Área, notando-se que várias instituições só tem Programas de Mestrado em Antropologia.

QUADRO I - EVOLUÇÃO DAS TITULAÇÕES -1992-2006
Área de Antropologia e Arqueologia

Período	1992/93	1994/95	1996/97	1998/2000	2001/2003	2004/2006	Total
Teses	24	26	39	91	99	159	438
Dissertações	128	120	166	283	328	440	1465
Total	152	146	205	374	427	599	1903

QUADRO 2 – TOTAL DE DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS
Área de Antropologia e Arqueologia
TRIÊNIO 2004-2006

Programa	Dissertações de Mestrado	Teses de Doutorado
GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	55	n/a
ANTROPOLOGIA	40	1
ANTROPOLOGIA	*11	n/a
ANTROPOLOGIA	43	9
Arqueologia	18	1
Antropologia Social	15	n/a
Antropologia Social	41	15
Antropologia Social	40	41
Antropologia Social	30	17
ANTROPOLOGIA	46	13
Antropologia Social	37	n/a
Arqueologia	29	28
Ciência Social (Antropologia Social)	35	34
Antropologia Social	-	-
ANTROPOLOGIA	-	-
Arqueologia	-	-
TOTAL	440	159

Nota * referente somente ao ano de 2004

Da mesma forma, o Qualis de Livros da Área indica um aumento significativo na produção de livros, capítulos de livros e organização de coletâneas ao longo do triênio quando foi produzido um total de 213 livros pelas duas subáreas, Antropologia e Arqueologia (entre textos integrais e coletâneas), representando um acréscimo de cerca de 45% em relação ao total apresentado no triênio anterior (anos base 2001-2003), isto é de 147 livros. Deve-se salientar que nessa área, onde não impera qualquer tradição de publicações em co-autoria entre orientador e orientandos de pós-graduação, 76% dos livros foram publicados por docentes e 18% por discentes (vide quadro 4) Vale ainda notar que 29 dos livros produzidos neste último triênio (ou seja, 14%) foram publicados no exterior.

Neste triênio (anos base 2004-2006), o número de textos integrais passou de 107 para 139, ou seja, um acréscimo de 32% em relação ao triênio anterior. O número de coletâneas publicadas subiu de 43 para 74, representando um

aumento de 58% em relação ao triênio anterior. Nota-se, ainda, que o número de capítulos publicados por docentes dobrou, de 367 para 733.

Só a subárea de Antropologia publicou 183 livros no triênio (i.e 88%) enquanto a de arqueologia, que apresenta um número significativamente menor de Programas, publicou 26 (12%) Dos 183 livros publicados por Programas de Antropologia, 137 (75%) foram por docentes, 34 (19%) por discentes e 12 por outros autores. Deste total, 118 (64%) foram textos integrais e 65 (36%) coletâneas. A subárea teve uma expressiva publicação de 27 volumes no exterior, concentrada em seus programas que tem conceitos 6 e 7, em países como Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Argentina e Colômbia. Dos 27 volumes publicados fora do Brasil, 20 foram textos integrais e 07 coletâneas.

Dos 26 livros publicados por Programas de Arqueologia, 23 o foram por um dos dois programas avaliados este triênio. Deste total, 20 foram publicados por docentes, 05 por discentes, e 01 por outro autor. Foram publicados 18 textos integrais e 08 coletâneas, das quais duas no exterior.

Já o único Mestrado Profissional da área publicou 04 livros, 03 textos integrais e 01 coletânea, todos no Brasil.

Quadro 3 –Área de Antropologia e Arqueologia

Livros publicados no Triênio 2004-2006

	Brasil	xterior	Total
Coletâneas	65	9	74
Textos Integrais	119	20	139
TOTAL	184	29	213

Quadro 4 – Produção Docente e Discente

Programas Antropologia e Arqueologia	
Livros Publicados no Triênio 2004-2006	
Docentes	161
Discentes	39
Outros	13
TOTAL	213

Conforme indicado nos quadros 5 e 6, neste triênio, o número de artigos publicados em periódicos atingiu um total de 1000, sendo 684 (69%) de autoria de docentes e 314 (31%) de discentes. Vale notar que, 51% do total dos artigos publicados por docentes o foram em periódicos com conceito A, a saber: 20% em periódicos com conceito Internacional

A”); 18% em periódicos com conceito Nacional A e 13% em periódicos com conceito Local A, indicando, portanto, que há aparentemente uma escolha por parte dos docentes por periódicos que receberam melhor avaliação em cada categoria pelo Qualis de Periódicos, seja internacional, nacional ou local.

QUADRO 5 -TOTAL DE ARTIGOS PUBLICADOS POR DOCENTES EM PERÍODICOS

Triênio 2004-2006

	ARTIGOS EM PERÍODICOS										TOTAL
	COMPLETOS										
	INTERNACIONAL			NACIONAL			LOCAL			Não Class if.	
	A	B	C	A	B	C	A	B	C		
<i>TOTAL</i>	135	1 4	10	1 2 6	7 7	4 2	8 7	2 3	2 6	146	686

Já, conforme o quadro 6 indica, do total de 314 artigos de autoria de discentes, 128 (i.e 62%) foram publicados em periódicos com conceito “Nacional A” (42) e “Nacional B” (52), 16% em periódicos com conceito Local A e Local B, e 14% em periódicos com conceito Internacional A. Note-se, entretanto, que a publicação de artigos em periódicos com conceito Internacional A foi claramente a segunda opção dos discentes, enquanto a primeira foi a de publicar em periódicos com conceito Nacional B (17%).

QUADRO 6 -TOTAL DE ARTIGOS PUBLICADOS POR DISCENTES EM PERÍODICOS

Triênio 2004-2006

	ARTIGOS EM PERÍODICOS										TOTAL
	COMPLETOS										
	INTERNACIONAL			NACIONAL			LOCAL			Não Class if.	
	A	B	C	A	B	C	A	B	C		
<i>TOTAL</i>	45	4	5	4 2	5 2	3 5	3 1	1 8	2 2	60	314

Cabe ainda mencionar que esse crescimento da área, tanto no que concerne à formação de recursos humanos quanto da produção científica em forma de livros, capítulos de livros vem acompanhada também por uma maior demanda por parte de órgãos governamentais e ONGs por profissionais formados em antropologia. Concomitantemente a essa demanda, está ocorrendo também um processo paralelo de internacionalização da pesquisa antropológica. Ao mesmo tempo em que continua a existir um forte foco em problemáticas relacionadas à Etnologia Indígena, às questões do campo e das cidades do Brasil, bem como a diversos aspectos da cultura nacional, um número crescente de docentes e discentes de vários programas de pós-graduação tanto da Antropologia como da Arqueologia estão investindo em pesquisa no exterior, no âmbito de convênios e intercâmbios internacionais. Para se entender melhor a extensão desse processo de internacionalização em curso, deve-se também assinalar o papel importante desempenhado pela Associação Brasileira de Antropologia -ABA durante a gestão de Gustavo Lins Ribeiro

(2002-2004) com suas iniciativas pioneiras em prol da formação do World Council of Anthropological Associations, bem como em dar início a uma revista on line da associação, intitulada Vibrant (Virtual Brazilian Anthropology), com textos em inglês, francês e espanhol de autoria de antropólogos do Brasil. Nesse mesmo sentido, convém ainda mencionar as iniciativas de se transformar a (antiga) ABA-Sul em Reunião (Bienal) de Antropologia do Mercosul e, mais recentemente, a (antiga) ABANNE (Reunião de Antropologia do Norte e Nordeste) na I Reunião Equatorial de Antropologia a realizar-se em Aracaju, em outubro próximo. Essas iniciativas, tanto da ABA quanto dos programas de pós-graduação da área, também vem sendo acompanhadas por uma maior transparência de suas atividades através de criação de portais na web, seguindo, assim, as recomendações da CAPES.

No âmbito desses processos de crescente expansão e internacionalização da Área é que se inserem os resultados da avaliação dos programas da área, apresentados a seguir.

2.3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DA ÁREA

Em plenária realizada no dia 24 de agosto de 2007, a Comissão de Avaliação discutiu e deliberou sobre a atribuição de conceitos para os Programas da Área sob apreciação. Como resultado dessas discussões e deliberações conjuntas, numa primeira fase, foram atribuídos conceitos de 3, 4 e 5, como segue:

PROGRAMA

<i>Antropologia</i> Museu Nacional –Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) [M e D]	conceito 5
<i>Antropologia</i> Universidade de Brasília (UnB) [M e D]	conceito 5
<i>Antropologia</i> Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) [M e D*]	conceito 5
<i>Antropologia</i> Universidade Federal Fluminense (UFF) [M e D]	conceito 5
<i>Antropologia</i> Universidade Federal do Paraná (UFPr) [M]	conceito 3
<i>Antropologia</i> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) [M e D]	conceito 5
<i>Antropologia</i> Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) [M*]	conceito 3
<i>Antropologia</i> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) [M e D]	conceito 5
<i>Antropologia</i> Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) [M e D]	conceito 5
<i>Antropologia (Ciência Social)</i> Universidade de São Paulo (USP) [M e D]	conceito 5
<i>Antropologia e Arqueologia</i> - Universidade Católica de Goiás (UCG) [MP]	conceito 4
<i>Antropologia e Arqueologia</i> - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) [M*]	conceito 3
<i>Arqueologia</i> Museu Nacional –Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) [M*]	conceito 3
<i>Arqueologia</i> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) [M e D]	conceito 4
<i>Arqueologia</i> Universidade de São Paulo (USP) [M e D]	conceito 5

Nota * = **Programas novos, iniciados no triênio:**

Numa segunda fase, a Comissão identificou, dentre os programas que receberam conceito 5, aqueles considerados elegíveis para conceitos 6 ou 7, a saber:

- *Antropologia* Museu Nacional, Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ)
- *Antropologia* Universidade de Brasília

- *Antropologia* Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- *Antropologia* Universidade de São Paulo

Aplicados os critérios para conceitos 6 e 7, foram classificados:

Conceito 6

- *Antropologia*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Conceito 7

- *Antropologia*, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- *Antropologia*, Universidade de Brasília (UnB)

O quadro final de conceitos atribuídos é o que segue:

**Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia
RESULTADO FINAL
Triênio 2004-2006**

<i>Antropologia</i> Museu Nacional –Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) [M e D]	conceito 7
<i>Antropologia</i> Universidade de Brasília (UnB) [M e D]	conceito 7
<i>Antropologia</i> Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) [M e D*]	conceito 5
<i>Antropologia</i> Universidade Federal Fluminense (UFF) [M e D]	conceito 5
<i>Antropologia</i> Universidade Federal do Paraná (UFPr) [M]	conceito 3
<i>Antropologia</i> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) [M e D]	conceito 5
<i>Antropologia</i> Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) [M*]	conceito 3
<i>Antropologia</i> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) [M e D]	conceito 6
<i>Antropologia</i> Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) [M e D]	conceito 5
<i>Antropologia (Ciência Social)</i> Universidade de São Paulo (USP) [M e D]	conceito 5
<i>Antropologia e Arqueologia</i> - Universidade Católica de Goiás (UCG) [MP]	conceito 4
<i>Antropologia e Arqueologia</i> - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) [M*]	conceito 3
<i>Arqueologia</i> Museu Nacional –Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) [M*]	conceito 3
<i>Arqueologia</i> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) [M e D]	conceito 4
<i>Arqueologia</i> Universidade de São Paulo (USP) [M e D]	conceito 5

CURSOS JÁ APROVADOS, MAS NÃO AVALIADOS:

<i>Antropologia</i> , Universidade Federal do Amazonas (UFAM) [M e D] **	conceito 4
<i>Antropologia</i> , Universidade Federal da Bahia (UFBA) [M e D] **	conceito 4
<i>Antropologia</i> , Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) [M] **	conceito 3

Como já mencionado, no triênio 2002-2003, foram avaliados 13 programas, um dos quais, o Programa de Mestrado em Antropologia Social da Universidade do Pará (UFPA) com conceito 4, encerrou suas atividades em

finais de 2004 para se integrar ao Programa de Mestrado de Ciências Sociais na mesma universidade que tinha, à época, conceito 3. Em comparação, neste triênio 2004-2006, foram examinados 15 Programas, três dos quais iniciaram suas atividades muito recentemente (entre 6 e 24 meses de atividades), além de um antigo Programa de Mestrado em Antropologia Social que desenvolveu também um Programa de Doutorado disciplinar, a partir de Março de 2004¹. Portanto, embora tenha havido de fato uma expansão de praticamente 30% no número de programas (se incluirmos também os três novos cursos aprovados, dois dos quais com cursos de mestrado e doutorado)², o impacto dessa expansão somente poderá ser devidamente apreciado na próxima avaliação trienal. Nesta trienal, a Comissão de Avaliação, considerando a introdução ainda em caráter experimental de novos instrumentos de avaliação (como o SIR e o Qualis de Livros), decidiu, após examinar todos os programas sob avaliação, que, dos 15 Programas apreciados, 13 devem permanecer com a mesma nota atribuída (ou mantida) pelo CA do triênio anterior e/ ou (no caso dos cursos novos) manter o conceito de aprovação. Somente um programa evoluiu do conceito 3 para o conceito 4, enquanto um outro desceu do conceito 4 para o conceito 3.

Se ainda considerarmos na listagem dos programas da Área também aqueles três cursos novos que não entraram nesta avaliação trienal, a evolução dos programas de pós-graduação da Área em relação ao triênio anterior, apresenta-se com o seguinte perfil:

Quadro 7
EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
ÁREA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

Conceito	Triênio 2001- 2003		Triênio 2004- 2006	
	No Programas	%	No. Programas	%
3	1	8	5	28
4	3	23	4	22
5	6	46	6	33
6	1	8	1	6
7	2	15	2	11
TOTAL	13	100%	18	100%

Como se pode verificar pelo quadro acima, aumentou o número de programas com conceito 3, de um para cinco, sendo que quatro desses programas são mestrados acadêmicos, recém-implantados, que obtiveram esse conceito quando de sua aprovação. Só em um dos casos - o do Programa de Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná – há a indicação de diminuição de conceito 4 para conceito 3. Deve-se salientar que há, por parte da Comissão de Avaliação, um reconhecimento das tentativas desse Programa em reestruturar seu corpo docente e da necessidade de um prazo maior para se aquilatar o impacto das novas contratações de docentes na produção intelectual do programa. Mas, em face dessa avaliação trienal, a Comissão sugere que, além das necessárias reformulações estruturais (que incluem decisões sobre a linha de pesquisa em “arqueologia”, que sequer ofereceu disciplinas ou teve orientandos durante o triênio), o Programa se beneficie de cooperação tipo PROCAD e

¹ . Esses novos programas são distinguidos no quadro acima com um *.

² Esses cursos novos, ainda não avaliados, são distinguidos na tabela acima com **

inserção em redes de circulação internacional para atingir um melhor desempenho e garantir o aumento substancial de sua produção e, portanto, maior visibilidade.

No caso de programas com conceito 4, faz-se necessário mencionar a aprovação de dois novos programas de Mestrado e Doutorado que, embora tenham recebido esse conceito quando de sua aprovação, ainda não iniciaram suas atividades (especificamente da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Federal do Amazonas); e, ao mesmo tempo, o encerramento de um curso com conceito 4 (o já referido Programa de Mestrado em Antropologia Social do Pará). Também, afora subir o conceito do Programa do Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural de 3 para 4, a Comissão de Avaliação manteve o conceito 4, que já havia sido atribuído ao Programa de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, especialmente por considerar que ainda não houve tempo hábil para a produção de teses de seu Programa de Doutorado iniciado em 2003.

A Comissão de Avaliação decidiu também manter o conceito 5 atribuído (ou mantido) na avaliação do triênio anterior a seis programas, a saber: Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Pernambuco/Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade de São Paulo/Antropologia /Ciência Social e Universidade de São Paulo/Arqueologia.

Salientam-se, entretanto, as diferenciações existentes entre os mesmos e as respectivas justificativas para a manutenção desse conceito:

Nesse tocante, a Comissão considerou que o desempenho de quatro desses programas (Antropologia/USP, Antropologia/UNICAMP, Antropologia/UFSC e Arqueologia/USP) perfazem fortemente os critérios correspondentes ao conceito 5, sendo que dois deles (Antropologia/USP e Antropologia/UNICAMP) se situam na faixa superior.

No caso do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da USP que publica as revistas Antropologia (IA) e Sexta-Feira (a cargo de seus discentes), embora seu excelente desempenho e sucesso em renovar o seu corpo docente, (para lhe ser atribuído o conceito 6) há ainda a necessidade de investimentos do Programa em uma estratégia coletiva para a sua internacionalização. Já no caso da UNICAMP, para além de ser imprescindível um processo de renovação de seu corpo docente (só um dos docentes recebeu sua titulação em menos de cinco anos), considerou-se que, embora seus docentes tenham participado ativamente do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da mesma instituição, seu Programa de Doutorado em Antropologia é ainda muito recente, sem o devido tempo para a produção de teses nesse campo de estudos.

A Comissão decidiu também manter o conceito cinco para os Programas de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Federal Fluminense (UFF) muito embora o desempenho de ambos nesse triênio se situarem numa faixa inferior desse conceito.

De um lado, no caso do Programa de Mestrado e Doutorado da UFPE, essa decisão por manter o conceito 5 é devida: 1) à sua capacidade de formação de recursos humanos (nove teses de doutorado e 37 dissertações no triênio) em tempo ótimo; 2) sua ampla consolidação e inserção social como centro formador na região Norte e Nordeste; 3) às inúmeras atividades científicas e técnicas desempenhadas pelo programa no cenário nacional; e 4) os vínculos institucionais nacionais e internacionais que mantém. Detecta-se, entretanto, falta de publicações resultantes de seus convênios internacionais e um maior número de publicações docentes e discentes em periódicos.

Por outro lado, no caso do Programa de Mestrado e Doutorado da UFF, a decisão de manter o conceito 5 se fundamenta: 1) nos estudos pioneiros desenvolvidos no âmbito desse programa sobre violência e segurança pública, bem como sobre quilombos e quilombolas, e 2) ainda, nos seus intercâmbios que incluem cooperação internacional com centros na Argentina (CAPES/SECYT; CAPES/SPU) em colaboração com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UnB; na França (CAPES-Cofecub Paris X); no Canadá; em Angola; e na Espanha, além de relações de cooperação nacional, dentre eles um núcleo de uma rede PRONEX vinculado ao Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional/UFRJ e de um projeto FINEP da chamada de Ciências Sociais, em conjunto com essa mesma instituição. Considerou-se, entretanto, que a produção docente e discente são ainda reduzida, sendo que somente uma tese foi defendida num período de cinco anos. Mas, ao mesmo tempo, levou-se em conta que os impactos da implantação do doutorado em inícios de 2002 somente poderão ser adequadamente avaliados no próximo triênio.

Internacionalização dos Programas Avaliados

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o único Programa da Área a receber conceito 6 na avaliação do triênio anterior, manteve e consolidou suas características de excelência ao longo deste triênio, especialmente no que concerne à sua inserção internacional. Com nível de qualificação e desempenho equivalentes aos de centros internacionais de formação de recursos humanos, a atuação desse programa é de grande relevância no âmbito do Mercosul, mantendo ainda convênios internacionais com instituições nos EUA, Holanda, Espanha, França e Canadá. No último triênio, organizou dois importantes eventos internacionais e foi sede da International Commission on Anthropology of Food, da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences .

O Programa publica a revista Horizontes Antropológicos, que tem conceito Internacional A.

No tocante às publicações, vale destacar que mais de 60% de seus docentes permanentes publicaram artigos em periódicos de Qualis Internacional A e em livros no Brasil e no exterior. Ainda tiveram papel de destaque na formação de banco de dados imagéticos e produção de documentários etnográficos. Tiveram também circulação em outras universidades e laboratórios de pesquisa no exterior (como EUA, América Latina, Europa, China) e participação qualificada em eventos internacionais de relevância para área. São membros de conselhos editoriais e/ou elaboraram pareceres para periódicos estrangeiros e comissões de avaliação internacionais. Alguns ocuparam ou ocupam posições de liderança em associações, como secretaria geral da ABA e presidência da ANPOCS e, ainda, Conselho Diretor da ABA. Dignos de nota são os financiamentos para pesquisa recebidos de órgãos como a Fundação Ford, a Mac Arthur e PRONEX.

A produção intelectual do corpo discente é compatível com um Programa 6, diante da quantidade de participações em eventos internacionais e da publicação, sobretudo de anais, no Brasil e no exterior. Há também inúmeros prêmios recebidos por discentes, entre os quais os de Melhor Tese Capes da Área de Antropologia e Arqueologia e Melhor Tese ANPOCS do ano de 2006. Seus estudantes são oriundos de diferentes localidades do Rio Grande do Sul bem como de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus, Fortaleza, São Luiz, Belém, Recife, João Pessoa e do Paraná. Tem também recebido alunos da Argentina, Uruguai, Colômbia, EUA, França, Holanda, Japão e Moçambique. Além de várias bolsas sanduíche, há pesquisas de discentes no exterior, inclusive desses

bolsistas. Doutores formados pelo Programa atuam em mais de cinco Programas de Pós-Graduação no país. Enfim, o desempenho desse programa está em conformidade com os critérios da Área para conceito 6.

Dois programas (Museu Nacional/UFRJ e UnB) mantiveram o conceito 7, dada a excelência de formação oferecida e seu padrão de inserção internacional. Cada um desses programas tem suas singularidades.

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, um dos mais antigos programas de pós-graduação em Antropologia Social do país, é o único da área a não contar com um curso de graduação, muito embora alguns de seus docentes orientem iniciação científica e ministrem eventualmente disciplinas de graduação no âmbito da UFRJ.

O Programa publica a revista MANA que recebeu conceito Internacional A e possui uma biblioteca de referência com coleções completas de principais periódicos internacionais da área.

As atividades no triênio refletem sua posição consolidada como centro de excelência e seus crescentes investimentos na internacionalização. Além de manter vários convênios internacionais (com realce para o CAPES/COFECUB e o intercâmbio com o ISCTE), promoveu mais de três importantes eventos científicos internacionais ao longo do triênio, tendo, ainda, recebido constantemente convidados internacionais.

Quanto aos financiamentos., destacam-se os apoios que tem recebido da Fundação Ford, Fundação Guggenheim, Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, além da Finep. É sede de pelo menos dois PRONEX (um dos quais já encerrado).

Seu corpo docente permanente tem produção científica de excelência publicada no Brasil e no exterior (como França, Estados Unidos, Portugal, Inglaterra, Itália e Peru) em livros, organização de livros, capítulos de livros e em periódicos Qualis Internacional A. É o programa que recebeu o melhor score no SIR e que conta com o maior número de docentes com bolsa de produtividade do CNPq, dez dos quais tem o nível 1 A, alguns de renome internacional.

Mais de 70% dos docentes permanentes tiveram atividades de inserção internacional incluindo circulação em outras universidades e laboratórios de pesquisa no exterior, ministrando cursos e/ou com participação qualificada em eventos internacionais e na direção de associações científicas internacionais. Ocupam também liderança em associações científicas do país, como na Academia Brasileira de Ciências, no SBPC, ANPOCS e ABA.

Ademais, o programa conta com um corpo discente formado por alunos oriundos de várias regiões do Brasil e do exterior, inclusive da Bélgica, Estados Unidos, Suécia e de vários países da América Latina, especialmente da Argentina. Mais de dois alunos foram bolsistas "sanduíche" assim como mais de cinco alunos realizaram pesquisas no exterior. Seus discentes tiveram uma participação expressiva nas publicações do triênio, especialmente em livros e capítulos de livros publicados no país e no exterior.

O programa tem exercido liderança nacional e internacional como formador de RH e PG, com egressos atuando em inúmeras universidades e programas de pós-graduação no Brasil e no exterior. Sua excelência também se manifesta em seu impacto regional, nacional e internacional, incluindo suas várias atuações solidárias em especial no norte e nordeste do país com especial destaque ao projeto Trilhas. Sua atuação no triênio corresponde aos critérios da Área para conceito 7.

Por sua vez, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB investe fortemente na integração entre graduação e pós-graduação através da articulação entre docência, pesquisa e atividades de extensão.

O Programa tem uma longa história de inserção internacional, desde a sua fundação em 1972, tendo um papel de liderança no que concerne ao processo de internacionalização da Área neste triênio. Mantém acordos internacionais de cooperação e intercâmbio científico com várias instituições, entre as quais CIESAS/México, ISCTE/Portugal e The Hemispheric Institute on the Americas da Universidade de Califórnia/ Davis.

Publica o renomado *Anuário Antropológico* (Nacional A) e a Série Antropologia que é distribuída nacional e internacionalmente.

Tem sido um centro de excelência na formação de antropólogos de diferentes regiões do país e de atração de estudantes originários majoritariamente da América Latina. Seus egressos têm lecionado em várias universidades do país e da América Latina, indicando sua liderança nacional e internacional consolidada como formador de RH e PG.

Conta com 16 docentes permanentes, cinco dos quais foram contratados no triênio, indicando processo de renovação do corpo docente. Cerca de 50% dos docentes permanentes e mais de cinco alunos realizam pesquisas de campo no exterior. Mais de 80% do corpo docente permanente teve algum tipo de circulação internacional no triênio, através de participação em congressos e simpósios no exterior, mini-cursos em vários países da América Latina, palestras, conselhos editoriais, pareceres etc. Cerca de 70% do corpo docente teve publicações no exterior, seja em forma de capítulos de livros ou em periódicos internacionais Internacional A

Foi o programa que apresentou o melhor desempenho no Qualis de Livros da Área. Quatro docentes publicaram um total de cinco livros no exterior, um em inglês, um em francês e três em espanhol.

Além da organização de dois eventos internacionais de porte, os Seminários do Programa incluem sistematicamente convidados estrangeiros de renome internacional.

Em termos de inserção social, seus docentes têm investido em colaborações com universidades do país e do exterior (especialmente em países da América Latina), inclusive através de mini-cursos. Tem também prestado e assessorias a ONGs e para a formulação de políticas sociais tanto no Brasil quanto no exterior.

Membros do corpo docente ocuparam duas vezes no triênio a Presidência, a secretaria geral e a tesouraria da Associação Brasileira de Antropologia (ABA); fazem parte do Comitê Acadêmico da ANPOCS e representam a ABA na Secretaria Geral do Conselho Mundial da Antropologia, etc.

Além de vários alunos, três dos docentes receberam prêmios neste triênio.

Em suma, o desempenho do programa corresponde aos critérios da Área para conceito 7.

3-Perspectivas de Expansão da Área e Recomendações

Como indicado nesse relatório, neste triênio, houve um crescimento significativo da Área de Antropologia e Arqueologia seja no que se refere à formação de recursos humanos e produção intelectual, seja no que se refere ao aumento de número de programas. Respeitando as singularidades dessas duas disciplinas e levando em conta as possibilidades de uma maior expansão da Área, dadas as demandas existentes no Brasil e na América Latina pelo treinamento em Antropologia e Arqueologia, julga-se pertinente encaminhar a CAPES seguintes recomendações:

1) Comissão “Culturas, Línguas e Povos da Amazônia Legal” e políticas científicas com vistas à expansão de Antropologia e Arqueologia na Amazônia Legal”

Sugere-se a continuidade das atividades da Comissão “Culturas, Línguas e Povos da Amazônia Legal” e sua assessoria na formulação na implementação de políticas científicas na região. Dentre as proposições já feitas por essa Comissão, destaca a necessidade de se:

- 1) levar em conta a criação de modelos próprios à região, respeitando suas especificidades históricas, ao invés de se adotar a priori as políticas da CAPES atualmente em curso no que concerne à pós-graduação;
- 2) realizar investimentos, com base no que já existe ou existiu, ou, ainda, no que está em sendo criado (por exemplo, a recente criação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas), a fim de articular e potencializar recursos para suprir as imensas carências regionais. Nesse tocante, seria oportuno verificar a possibilidade de se reativar o Programa de Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal do Pará (UFPA), um programa que já estava consolidado e que atendia a uma demanda existente na região;
- 3) investir na formação de Programas de Pós-Graduação em diferentes Estados da região amazônica, a partir da criação e consolidação de estruturas de pesquisa, extensão e intervenção, desvinculados de cursos de Graduação, mas salvaguardando e incentivando a iniciação científica;
- 4) valorizar e registrar de modo equânime iniciativas intra-regionais, sejam elas realizadas ou não no mesmo estado amazônico, como base de redes sociais mais amplas;
- 5) a CAPES e outras agências investirem numa linha de tradução e divulgação via internet de obras científicas de primeira linha (a serem sugeridas pela área), fundamental para a proposta de criação de um Programa de Núcleos Emergentes da Amazônia Legal (PRONEMA), inspirado no modelo PRONEX, abaixo descrito;
- 6) a CAPES e as demais agências de fomento reverem seus processos de avaliação adaptando-os às formas de articulação aqui sugeridas, onde o inter-institucional deve ser valorizado com peso igual a todas as instituições participantes;
- 7) a CAPES rever formatos como DINTER, MINTER e PROCAD como soluções únicas de articulação no tocante ao Acelera Amazônia.

Sobre a proposta de criação do PRONEMA

Julga-se prioritária a criação de um PRONEMA, divulgado por demanda induzida, a partir de seminários em locais estratégicos, e articulado ao Sesu/MEC (no que concerne às vagas para docentes), à FINEP, ao CNPq, às FAPs locais e ao BNDES, com recursos e modalidades já existentes, a fim de possibilitar que :

a) cada núcleo PRONEMA contenha um programa de pesquisas, associado à proposta de criação de pós-graduação tanto ao nível de especialização quanto de mestrado e doutorado. Através desse tipo de programa, pesquisadores-doutores poderiam treinar alunos recém saídos da graduação, alunos de iniciação científica escolhidos em processos seletivos dirigidos às atividades de pesquisa e de intervenção, assim como outros docentes de universidades federais locais, regionais, estaduais ou privadas. Para tanto, uma categoria específica de bolsas estilo PICD poderia ser criada para trânsito somente intra-regional;

b) cada núcleo PRONEMA possa receber recursos para pesquisa, infra-estrutura, biblioteca, acesso a bancos de dados, equipamento mínimo (linhas telefônicas e acesso à internet inclusive, computadores, data show e equipamentos, quando for o caso, adequados à pesquisa arqueológica e lingüística), bolsas de apoio técnico, vagas docentes, quadros técnicos – por bolsa ou contratação temporária, ou remanejamento, instrumentos para intercâmbio dentro da região (passagens e diárias) e para fora da região, isto é deverão conter suportes a articulações tipo Procad;

c) cada núcleo PRONEMA se estruture em torno de temáticas regionais, e ter como seus condicionantes, quesitos obrigatórios a serem desenvolvidos, como .

1) medidas de ação afirmativa para que as populações tradicionais da região participem em diversos níveis (inclusive dotadas de bolsas de iniciação científica, aperfeiçoamento, mestrado e doutorado que lhes proporcionem colaborar também em tarefas de extensão e formulação de diretrizes, além das de pesquisa etc) a exemplo de iniciativas que já existem onde o debate entre docentes universitários e movimentos sociais é intenso e enriquecedor; .2) **dedicação plena à pesquisa, docência de pesquisa** (no caso de IC) e **pós-graduação ao nível de mestrado e doutorado**, além de eventuais cursos de especialização; .3) **propostas de circulação e associação com outras instituições no plano intra-regional** (esse deve ser o prioritário) para participação de docentes de outras instituições, para receberem alunos de outras instituições etc; .4) **propostas de articulação no plano nacional e internacional** com equipes e instituições referenciais nas áreas temáticas escolhidas;.5) **um programa de extensão em que os alunos de pós-graduação desse tipo de programas deverão atuar** ministrando cursos de interesses da clientela local, com ênfase nos interesses das populações tradicionais, sobretudo as indígenas; .6) um programa de extensão, em que seus integrantes atuem como consultores de ONGs, órgãos de governo e movimentos sociais; b.7) **um programa de publicações sobretudo virtuais**; 8) **iniciativas de produção áudio-visual** associadas à pesquisa; 9) propostas de realização de eventos científicos e de planejamento social.

d) os núcleos PRONEMAs voltados a “**Culturas, Línguas e Povos da Amazônia Legal**” possam ser interdisciplinares (nas áreas de ciências humanas), ainda que também possam se estruturar mais diretamente em torno da Antropologia social, ou da Arqueologia ou da Lingüística;

e) os núcleos PRONEMAs tenham a duração de seis anos renováveis;

O trabalho de demanda induzida deverá atuar no sentido de se elaborar em conjunto essas propostas, através de seminários conduzidos por uma equipe especialmente escolhida para conduzi-los e assegurando o engajamento das lideranças nas estruturas institucionais envolvidas. Devem ser convidados para participar ativamente nesses seminários representantes de movimentos sociais como a Coordenação das organizações indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB, hoje com um importante centro de formação e com interesses em capacitação de pessoal ao nível de mestrado e doutorado), o Conselho Indígena de Roraima e Movimento de quebradeiras de coco etc, bem como outros a serem identificados. Os critérios deverão ser claramente formulados e amplamente divulgados, sendo dotados da flexibilidade necessária para que para que se tornem operativos não precisem passar a aplicações *ad hoc*.

Seminários para planejamento estratégico institucional devem ser agendados como ponto de partida após consultas e articulações prévias. Para tanto, torna-se necessário que certos pólos sejam instalados e que deles se irradiem recursos humanos e articulação.

De forma mais geral, e lateralmente ao desenho mais amplo acima, aqui sugerido para que a CAPES, o CNPq e outros mecanismos de fomento governamentais que poderiam ser chamados a participar, se inspirem na

criação de algo novo e voltado de fato à região, e pensando, sobretudo, na área de Lingüística, deve-se considerar ainda e em ordem de prioridade os seguintes pontos:

1. *Bolsas de vários tipos para apoiar alunos na região em todas as etapas do seu treinamento.* Dadas as oportunidades limitadas de pós-graduação na Região, bolsas de pós-graduação, ou nos centros nacionais ou nos centros no exterior, constituem maneira comprovada de desenvolver um quadro de pesquisadores e docentes excelentes em pouco tempo. No caso de bolsas para estudar no exterior, não deve ser exigido que o candidato já tenha um mestrado, mas deve ser exigido que ele possua evidências de alta capacidade acadêmica como também dados já coletados que possam fornecer uma base para a sua dissertação ou tese. Devido à situação financeira precária de muitos alunos da Região, são importantes bolsas de iniciação científica e aperfeiçoamento. Apoio para participação em cursos de curta duração também é útil para alunos em regiões onde há pouco treinamento.

2. *Aumento racional do número de pesquisadores apropriados nas instituições amazônicas, através de bolsas de contratações.* Os pesquisadores devem conhecer bem lingüística técnica (fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, lingüística histórica) e poder trabalhar com línguas sem descrição prévia. No exterior, departamentos de lingüística geralmente são iguais em tamanho aos departamentos de antropologia.

3. *Melhoria da infraestrutura de pesquisa.* Para viabilizar pesquisa e ensino e para atrair pesquisadores, as instituições da Região têm que ter bibliotecas adequadas, bem como equipamentos de informática e aparelhos de gravação e documentação em áudio e em vídeo.

4. *Estímulo de programas de estudo de línguas indígenas ao nível de graduação.* Devido à presença de falantes de línguas indígenas na Amazônia, é possível oferecer treinamento prático em lingüística indígena a alunos de graduação, criando um grupo de alunos experimentados que podem se candidatar para pós-graduação.

5. *Cursos de curta duração.* Estes cursos, que podem treinar alunos de graduação e de pós-graduação, são mais ágeis e exigem menos investimento do que cursos de especialização, mas servem para atrair alunos interessados e fornecer treinamento

II Apoio à Expansão da Arqueologia

Muito embora um novo curso de Arqueologia tenha começado as suas atividades no triênio, o número de programas em Arqueologia é ainda muito reduzido face à crescente demanda por profissionais qualificados. Recomenda-se o apoio específico à criação de novos cursos em Arqueologia em todas as regiões do país, pelo menos no formato interdisciplinar que combina Antropologia e Arqueologia (como é o caso dos Programas da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Católica de Goiás) ou a do enfoque dos quatro campos da Antropologia, como é o caso do novo Programa de Arqueologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

III Articulação da área de Antropologia com a de Ciências Sociais

Deve-se atentar que parte considerável da pesquisa e ensino de pós-graduação em Antropologia está ainda sendo realizada em Programas de Pós-Graduação de Ciências Sociais que são avaliados pelo comitê de Sociologia. Recomenda-se que no próximo triênio haja algum tipo de articulação no processo de avaliação entre os dois comitês, especialmente devido ao fato de que vários novos cursos de mestrado e doutorado em Antropologia resultam de desmembramentos de programas já existentes em Ciências Sociais, ou mesmo Sociologia, e visam atender a uma demanda reprimida e não contemplada por esses programas.

IV Qualis de periódicos e Qualis de Livros da Área

Recomenda-se que, no próximo triênio, seja feita uma reavaliação dos critérios do Qualis de periódicos da Área bem como avaliar a experiência de introdução do Qualis de Livros da Área. Nessa reavaliação, sugere-se que se leve em consideração a possibilidade de se considerar também a incorporação de diagnósticos qualitativos para ambos os casos.

V Qualis de Vídeos Etnográficos e outras tecnologias imagéticas

Levando-se em conta a crescente produção imagética na Área, refletida na consolidação de Laboratórios de Imagem e Som em diversas universidades do país, recomenda-se também que, no próximo triênio, seja implementado um qualis para aferir essa produção.

VI Revisão do documento de Área

Sugere-se, ainda, novas discussões sobre o documento de critérios da Área, com base na incorporação dos novos instrumentos de avaliação, como o SIR e o Qualis de Livros e, ainda, o Qualis de vídeos etnográficos

VII Coleta Capes e Planilhas para a Avaliação Trienal

Houve uma melhora substancial das condições de avaliação e do material apresentado. Entretanto, sugere-se ainda que, para a próxima avaliação trienal, os dados da coleta capes e as planilhas sejam apresentadas com as médias do triênio.

23 de setembro de 2006

Bela Feldman-Bianco – UNICAMP (Representante de Área)

Antonio Carlos de Sousa Lima (Museu Nacional/UFRJ)

Carlos Caroso (UFBA)

Cornélia Eckert (UFRS)

Marisa Coutinho Afonso